



Relatório de Atividades 2017



Aresc

**Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina**



Relatório de Atividades 2017



Aresc

Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



SUMÁRIO

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1 Competências da Aresc	9
2.2 Equipe	9
3. DIRETORIA COLEGIADA	13
3.1 Presidência	13
3.1.1 Ouvidoria	13
3.2 Diretoria Técnica	23
3.2.1 Resoluções	23
3.2.2 Municípios Conveniados	25
3.2.3 Plano Municipal de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina	27
3.2.4 Visitas Técnicas em Saneamento Básico	28
3.2.5 Planilha com todas as fiscalizações (água e esgoto) em 2017	30
3.2.6 Auto de infração	52
3.2.7 Plano de Emergência 2017/2018	52
3.2.8 Metodologia de Revisão Tarifária às concessionárias reguladas pela Aresc	52
3.2.9 Projeto Produtor de Água	55
3.2.10 Fiscalizações aos Aterros Sanitários	57
3.2.11 Gás Natural Canalizado	59
3.2.12 Conta Gráfica	61
3.2.13 Revisão Tarifária SCGás	62
3.2.14 Cursos e Palestras	63
3.2.15 Lançamentos Aresc	64
3.2.16 A Diretoria Técnica	66
3.3 Diretoria de Relações Institucionais	67
3.3.1 Organograma	67
3.4 Diretoria Administrativa e Financeira	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79



INTRODUÇÃO



1. INTRODUÇÃO

A Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – Aresc é uma autarquia de regime especial, criada com o advento da lei ordinária nº 16.673, de 11 de agosto de 2015. Vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDS, possui personalidade de direito público e seu regime jurídico caracteriza-se pela independência decisória, autonomia administrativa, orçamentária e financeira, mandato fixo e estabilidade de seus diretores.

A Aresc, em cumprimento ao seu papel perante a sociedade e à necessidade da transparência no âmbito do setor público do Estado de Santa Catarina, apresenta neste relatório todas as atividades que foram desenvolvidas na regulação e fiscalização de competência da Agência no ano de 2017.



Relatório de Atividades 2017



Aresc

Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Competências da Aresc

Cabe à Aresc a atuação nos seguintes serviços públicos: saneamento básico, recursos hídricos, recursos minerais e exploração e/ou distribuição de gás natural canalizado e outros serviços delegados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

No âmbito da atuação dos serviços que compete à Aresc estão: supervisionar, controlar e avaliar as ações e as atividades decorrentes do cumprimento da legislação específica relativa aos serviços públicos concedidos; fiscalizar a prestação dos serviços públicos, incluídos os aspectos contábeis e financeiros e os relativos ao desempenho técnico-operacional; expedir regulamentos de ordem técnica e econômica, com vistas ao estabelecimento de padrões de qualidade para prestação dos serviços; otimização dos custos; segurança das instalações; e atendimento aos usuários.

A Aresc tem a missão de fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos concedidos, bem como editar normas técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, visando manter a harmonia das relações entre o poder concedente, os prestadores de serviço e os usuários.

Diretoria Colegiada

2.2 Equipe

Presidência

Reno Luiz Caramori

Procuradoria Jurídica

Dr. Marco Antônio Koerich de Azambuja

Ouvidoria

Murilo César Pereira de Oliveira

Assessoria de Comunicação

Flávia Farias Grechi

Controle Interno

Gilberto Cavedon

Diretoria de Relações Institucionais

Ari João Martendal

Gerência de Contratos

Fernando Teixeira

Gerência de Controle Social

Luciane Herkenhoff

Diretoria Técnica

Elmis Mannrich

Gerência de Regulação

Eng.º Silvio Cesar dos Santos Rosa

Gerência de Fiscalização

Eng.ª Luiza Kaschny Borges

Diretoria Administrativa e Financeira

Içuriti Pereira da Silva

Gerência de Tecnologia da

Informação e Governança Eletrônica

Danilo Guimarães Almeida

Gerência Administrativa e Financeira

André Conceição Costa

Gerência de Gestão de Pessoas

José Pereira Demétrio

Gerência de Apoio Operacional

Carlos Alberto da Silva

Conselho Consultivo

Reno Luiz Caramori (Presidente)

Silvio Cesar dos Santos Rosa

Elizabeth Luiza Fernandes Baesso

Luiz Antônio Garcia Correa

Priscila Cardoso Vieira

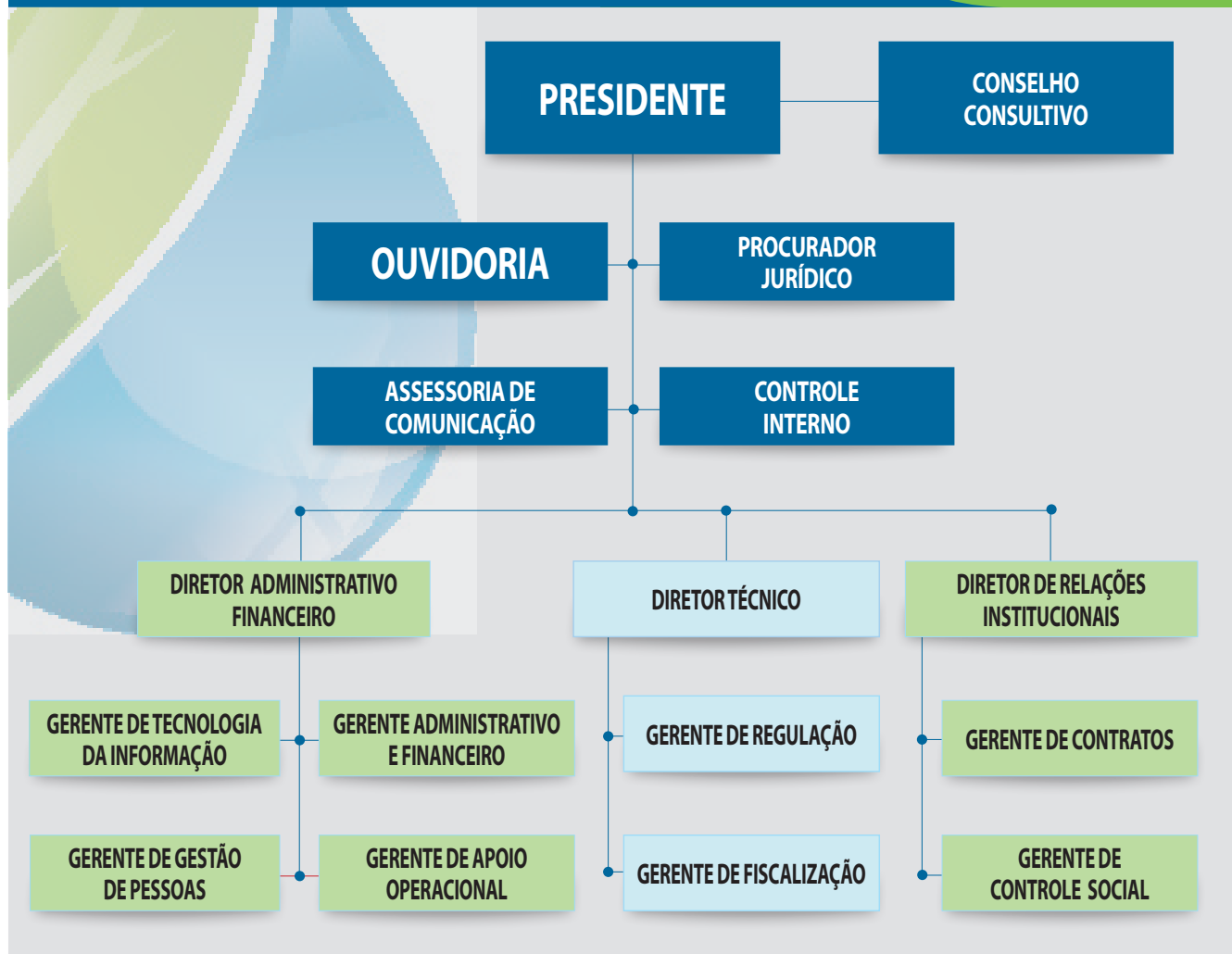
Roberval Rogério Wan-Dall

Walmor Paulo de Luca

Constâncio Maciel



Organograma





Relatório de Atividades 2017



Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



DIRETORIA COLEGIADA



3. DIRETORIA COLEGIADA

3.1 Presidência

Cabe ao presidente representar a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – Aresc, bem como firmar acordos, contratos e convênios com entidades nacionais e internacionais, além de coordenar competências administrativas, entre outras funções.

3.1.1 Ouvidoria

A prática de uma comunicação que vá ao encontro das demandas dos usuários do serviço público permite um melhor entendimento das normas gerais e atende à determinação legal de realizar com transparência, a participação social. É nesse cenário que se fortalece a busca do Cidadão perante à Ouvidoria Aresc.

Configurando um importante marco legal na regulação das atividades de Agências de Regulação, a Ouvidoria ratifica as competências e garantias aos Cidadãos. Os atendimentos realizados pelos canais de comunicação sejam elas pessoalmente, por telefone, via correio eletrônico, via portal do site ARESC, por correspondência e recentemente, por intermédio do Aplicativo Aresc, todas essas, fortalecem a “voz do cidadão”. São através desses canais, que as pessoas depositam suas mais diversas manifestações, solicitações, insatisfações e elogios a respeito das demandas fiscalizadas e reguladas por esta Agência de Regulação.

As interlocuções e mediações aqui tratadas, visam aproximar o Cidadão, de forma conciliatória às diferentes formas de atuação, a fim de obtermos resolutividade do problema. Nossos objetivos junto ao usuário têm sido ampliados em paralelo com o crescimento dos atendimentos, respaldados sempre pelos fundamentos legais, possibilitando assim, o atendimento adequado para transformar a cultura da reclamação, em cultura de participação social através da orientação. Isso gera resultados positivos.

Orientar a população sobre o potencial de atuação no aspecto social, permite a ressonância das questões de interesse público. Na abordagem aos Consumidores, estes, revelaram total desconhecimento de “normas e prazos de atendimento” junto às Concessionárias, o que exige do atendimento, uma tarefa com maior tratamento humanizado e didático. Com advento da Lei 13.460/2017 de 23 de junho de 2017, e vigência a partir de 2018, que versa sobre participação, proteção e defesa dos direitos ao usuário dos serviços públicos da administração pública, vem corroborar na avaliação e identificação de lacunas e deficiências do serviço público.

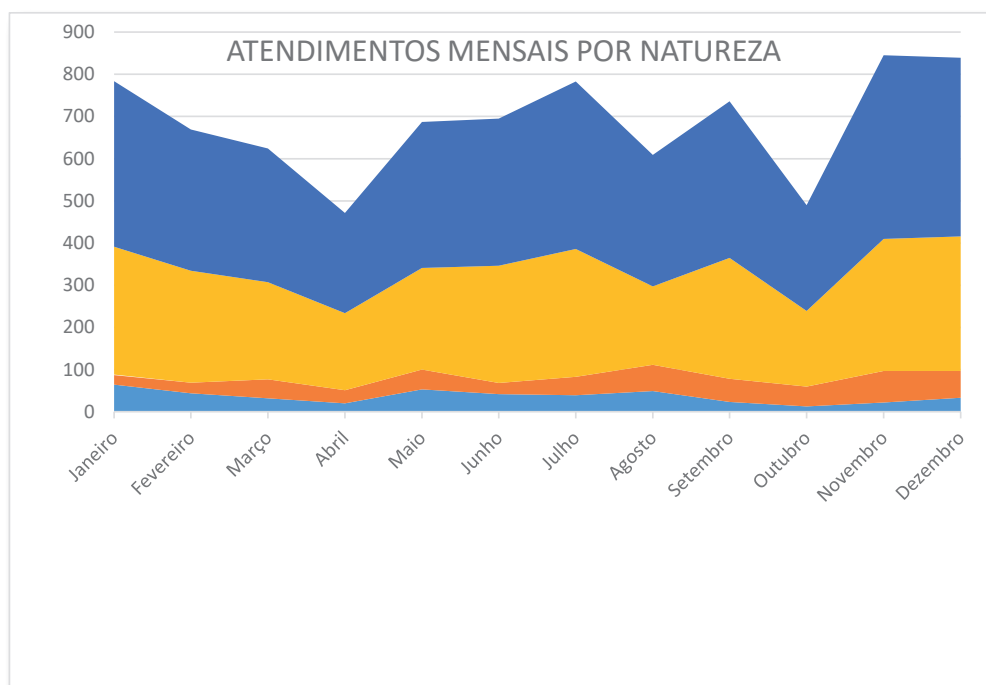
A Ouvidoria ARESC, atua das 07h às 19h horas, de segunda a sexta-feira. Seguindo os habituais modelos de Ouvidoria, os registros dos diversos canais de comunicação são recebidos por meio de uma Ficha de Análise de Manifestação. Seguem abaixo, os atendimentos e os resultados desenvolvidos durante o exercício de 2017.

ATENDIMENTOS MENSAIS BRUTOS

O presente quadro a seguir representa os atendimentos relativos aos serviços de abastecimento de Água, Esgoto, Distribuição de Gás Natural Canalizado e Resíduos Sólidos.

ATENDIMENTOS MENSAIS POR NATUREZA

Mês	Reclamação	Solicitação	Denúncia	Informação Sugestão	TOTAL
Janeiro	64	3	23	303	393
Fevereiro	44	1	25	265	335
Março	32	10	45	230	317
Abril	20	3	31	183	237
Maio	53	5	47	241	346
Junho	42	3	26	278	349
Julho	39	11	44	303	397
Agosto	49	15	62	186	312
Setembro	23	6	55	287	371
Outubro	13	12	47	179	251
Novembro	22	25	75	313	435
Dezembro	33	7	64	319	423
	434	101	544	3087	4166
Total					

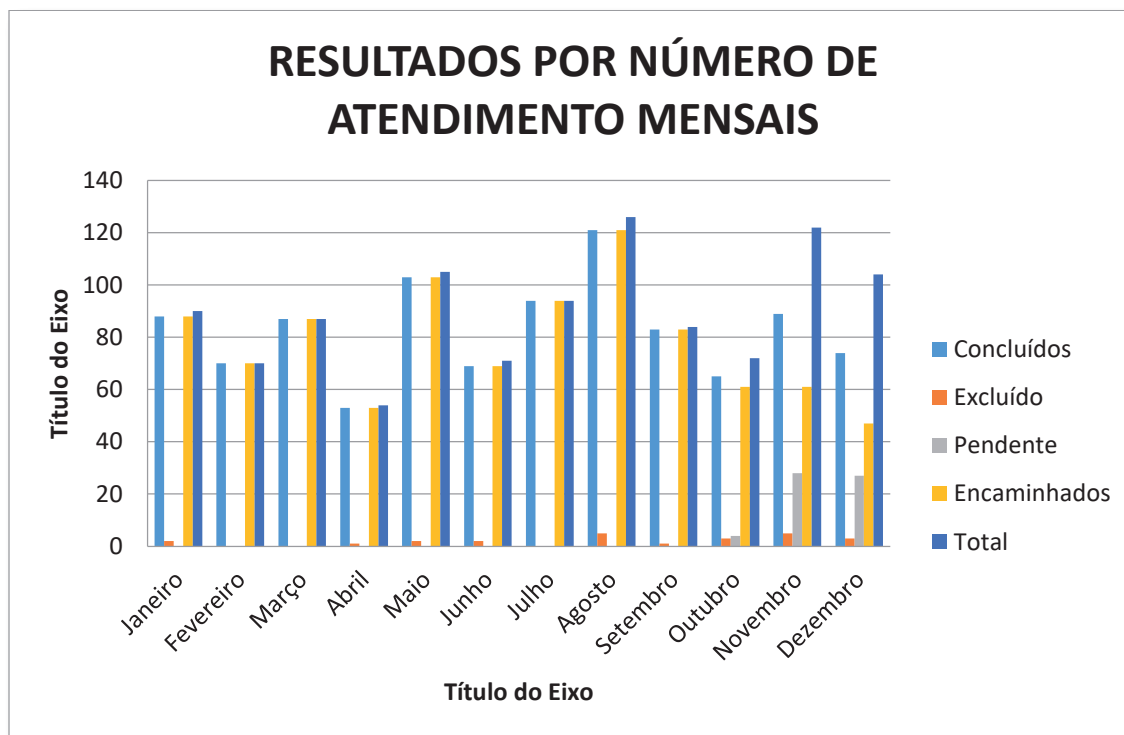


Nota explicativa:

- a. As denúncias cadastradas revelam um maior tempo de resposta das Concessionárias, o que faz ser sempre solicitadas suas programações de execução. Havendo conflito entre as partes, cabe à Ouvidoria analisar, avaliar e mediar, e, como consequência, a respectiva finalização e solução;
- b. As reclamações cadastradas possuem diversas situações identificadas por tipo de demanda, caracterizadas por sua pluralidade de situações e questionamentos diversos, bem como requerem um nível de maiores esclarecimentos prestados aos usuários por esta Ouvidoria;
- c. As solicitações cadastradas possuem características variadas, e na sua maioria das vezes, possuem afetação coletiva;
- d. As informações diversas ocasionam um pré-atendimento e incorpora uma gama de situações, orientações, acompanhamento e, conseqüentemente, poderá resultar em registro de demanda de usuários. De maneira proativa, orientativa e pedagógica são prestadas informações adequadas. Após feito o contato, verifica-se um volume alto de desconhecimento de seus direitos e deveres como usuários. Aqui também são tabuladas as ratificações de ligações, onde o usuário não informa o retorno da execução do serviço(s). Esta Ouvidoria faz o contato até a solução do problema;
- e. O acesso dos usuários por meio de correio eletrônico recebidos são computados nas informações diversas e nem sempre convertem-se em atendimento registrado.

RESULTADOS POR NÚMERO DE ATENDIMENTOS MENSAIS

Mês	Concluídos	Excluído Rejeitado	Pendente	Encaminhados	Total	% no ano
Janeiro	88	2	0	88	90	8,34
Fevereiro	70	0	0	70	70	6,49
Março	87	0	0	87	87	8,06
Abril	53	1	0	53	54	5,00
Maio	103	2	0	103	105	9,73
Junho	69	2	0	69	71	6,58
Julho	94	0	0	94	94	8,71
Agosto	121	5	0	121	126	11,68
Setembro	83	1	0	83	84	7,78
Outubro	65	3	4	61	72	6,67
Novembro	89	5	28	61	122	11,31
Dezembro	74	3	27	47	104	9,64
Total	996	24	59	937	1.079	



Nota explicativa:

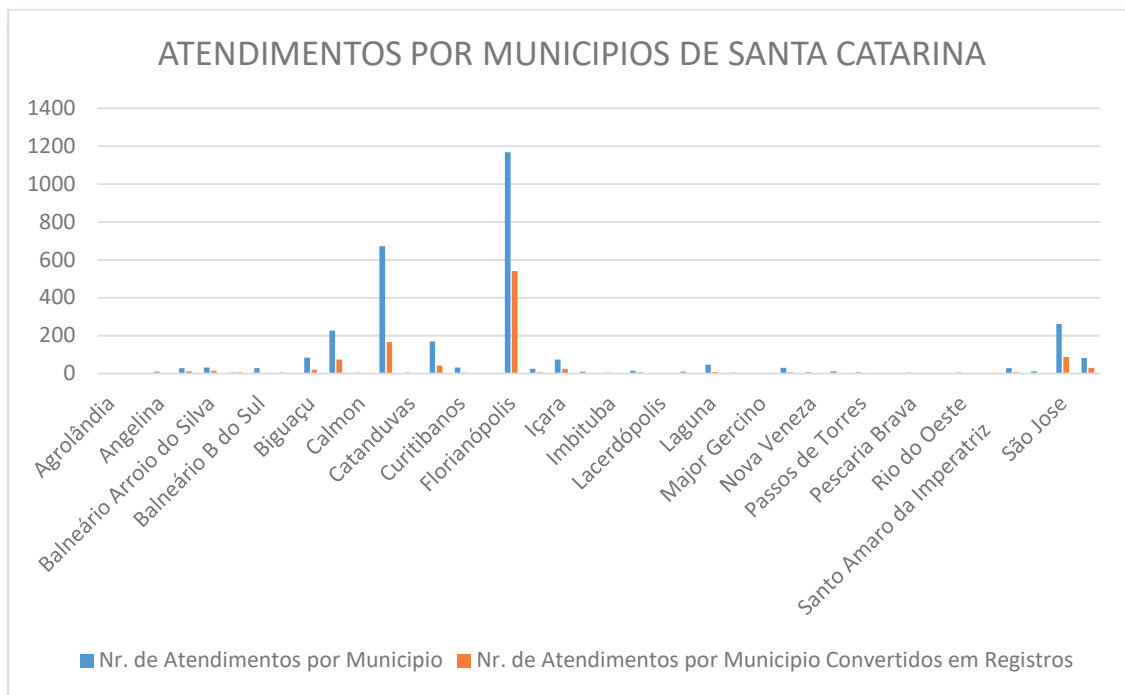
O Status identificado refere-se às etapas de atendimentos Concluídos, Excluído/Rejeitados, Pendentes; Encaminhados e Total bruto de atendimentos registrados.

- O Quadro – espelha total bruto de **1.079** atendimentos registrados, onde houve encaminhamentos às respectivas concessionárias, e que por força de amparo legal, é solicitada a execução das respectivas demandas, que interferem diretamente na vida do Cidadão. Na sua maioria, estão em processo de viabilidade, podendo ocorrer viabilidade de água e viabilidade de esgotos, tratadas distintamente cada uma, sendo, 59 registros mantidos para solução/execução para o exercício seguinte.
- Os atendimentos rejeitados ocorrem quando usuários do sistema de abastecimento de água de municípios de Santa Catarina das quais a Aresc não tem Convênio com a Prefeitura Municipal (Poder Concedente), acessam o Portal da Aresc, via Ouvidoria e fazem registro de sua(s) demanda(s). No exercício 2017, totalizou **24** registros excluídos/ rejeitados.
- Após desconsiderados os registros Excluídos/rejeitados, obtivemos **1.025** atendimentos registrados efetivamente. Considerando, o total de atendimentos efetivos, encerrado o ano 2017, **59** atendimentos seguiram pendentes para o exercício de **2018. Foram atingidos 94,24% das manifestações atendidas e resolvidas.**

ATENDIMENTOS POR MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA

O presente Quadro apresenta os atendimentos relativos a abastecimento de água, esgoto, resíduos sólidos e gás natural canalizado.

Nr	Município	Nr. de Atendimentos por Município	Nr. de Atendimentos por Município Convertidos em Registros
1	Agrolândia	0	2
2	Alfredo Wagner	3	0
3	Angelina	9	3
4	Araquari	28	12
5	Balneário Arroio do Silva	31	14
6	Balneário Camburiu	4	7
7	Balneário B do Sul	28	1
8	Belmonte	5	0
9	Biguaçu	83	19
10	Bombinhas	227	74
11	Calmon	4	1
12	Camboriú	672	166
13	Catanduvas	5	1
14	Criciúma	169	42
15	Curitibanos	31	4
16	Descanso	3	1
17	Florianópolis	1167	541
18	Garopaba	25	7
19	Içara	73	23
20	Itajai	9	1
21	Imbituba	5	0
22	Itapema	14	6
23	Lacerdópolis	3	1
24	Lages	9	3
25	Laguna	47	8
26	Luiz Alves	4	1
27	Major Gercino	2	1
28	Morro da Fumaça	29	6
29	Nova Veneza	6	2
30	Otacílio Costa	11	2
31	Passos de Torres	7	2
32	Papanduva	3	1
33	Pescaria Brava	5	2
34	Ponte Alta do Norte	2	1
35	Rio do Oeste	4	0
36	Santa Cecília	1	0
37	Santo Amaro da Imperatriz	28	6
38	São Joaquim	11	1
39	São Jose	262	87
40	Videira	81	30
		1079	
TOTAL GERAL		3110	1079



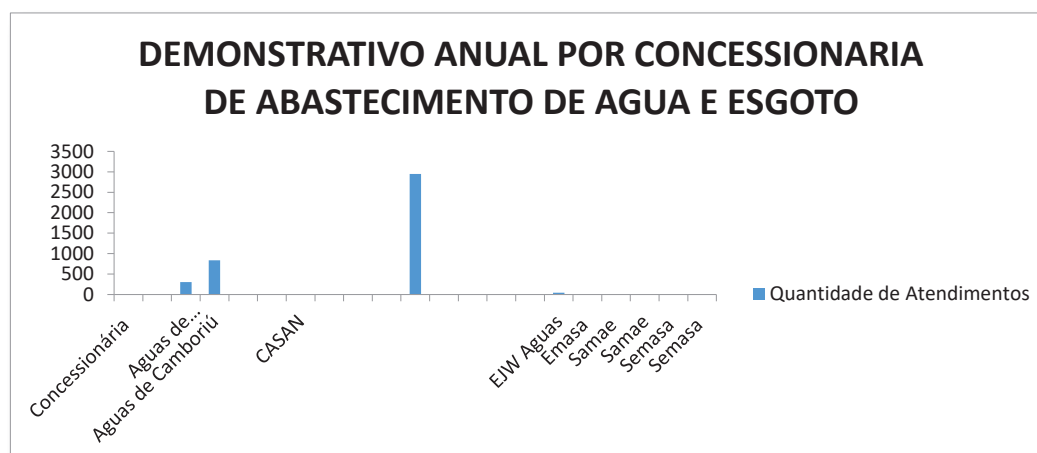
Nota explicativa:

- As informações da coluna “Números de Atendimentos por Municípios”, representam o número de ligações recebidas, atendimentos pessoais ocorridos, e-mails recebidos e ligações retornadas aos usuários para acompanhamento de cumprimento dos prazos estipulados bem como ratificação do atendimento. Notadamente, um atendimento inicial pode ser convertido em mais de um atendimento, tendo em vista o desdobramento que o atendimento tenha. Foram **40** municípios de Santa Catarina atendidos;
- Mantidos os procedimentos, havendo cumprimento ao que determina a Resolução 046/2016, e mantido contato preliminar com as Concessionárias, dar-se-á o registro na demanda, ao qual são espelhados na coluna “Números de Atendimentos Convertidos em Registros”;
- A fim de manter o índice de concentração de atendimentos, o quadro apresenta percentual de atendimentos registrados por município.



DEMONSTRATIVO ANUAL POR CONCESSIONÁRIA RELATIVO AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

Concessionária	Quantidade de Atendimentos
Aguas de Bombinhas	301
Aguas de Camboriú	838
CASAN	2947
EJW Aguas	45
Emasa	5
Samae	4
Samae	0
Semasa	10
Semasa	12
Total no período	4162



ASSUNTOS POR PERÍODO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO

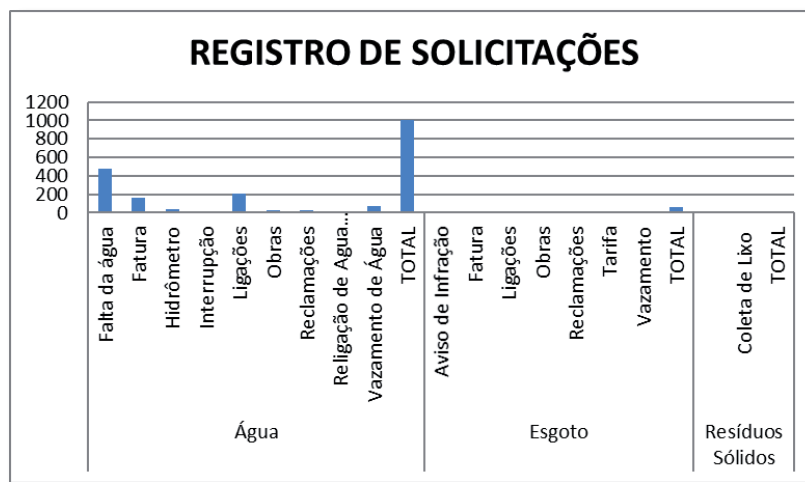
Área	Assunto	Quantidade	%
Água	Falta da água	472	43,74
	Fatura	159	14,74
	Hidrômetro	33	3,06
	Interrupção	03	,28
	Ligações	212	19,65
	Obras	25	2,32
	Reclamações	30	2,78
	Religação de água atrasada	01	0,09
	Vazamento de água	74	6,86
Sub Total Água		1.009	93,51
Esgoto	Aviso de Infração	01	0,09
	Fatura	09	0,83
	Ligações	21	1,95
	Obras	05	0,46
	Reclamações	13	1,20
	Tarifa	01	0,09
	Vazamento	16	1,39
Sub Total Esgoto		66	6,02
Total Geral		1.075	99,53

ASSUNTOS POR PERÍODO – RESÍDUOS SÓLIDOS

Área	Assunto	Quantidade	%
Resíduos Sólidos	Coleta de Lixo	04	0,37
Sub Total Coleta de Lixo		04	0,37
Total Geral		04	0,37



ATENDIMENTO VIA CANAIS DE COMUNICAÇÃO



RECEPÇÃO DOS ATENDIMENTOS VIA CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Canal de Comunicação	Atendimentos Registrados	%	Atendimentos não Convertidos Registros	%
Carta	1	0,09	--	--
E-mail	24	2,22	392	12,69
Telefones	956	88,60	2.191	86,53
Pessoalmente	23	2,13	--	--
Portal / Internet	75	6,95	24	0,78
Total no período	1.079	100	3.087	100

Comunicados

Importante destacar que os comunicados representam um fundamento legal amparado pelas Resoluções. É um meio de informação de suma importância, para que tanto a Ouvidoria ARESC como consumidores, possam ter informações atualizadas, precisas e adequadas, causando menos impacto diante de possíveis problemas de desabastecimentos, obras, vazamentos e outros. Os comunicados disparados pelas Concessionárias do Serviço de Abastecimento de Água e de Esgoto e Concessionária de Abastecimento de Gás Canalizado representa um meio acessível à informação *on line* e são publicadas diariamente pela Ouvidoria. Ações emergenciais, racionamento e ações pontuais possam ser previamente aplicados e acompanhados pelos usuários. No exercício de 2017, a Ouvidoria da ARESC publicou **1.214** (hum mil duzentos e quatorze) comunicados em tempo real.

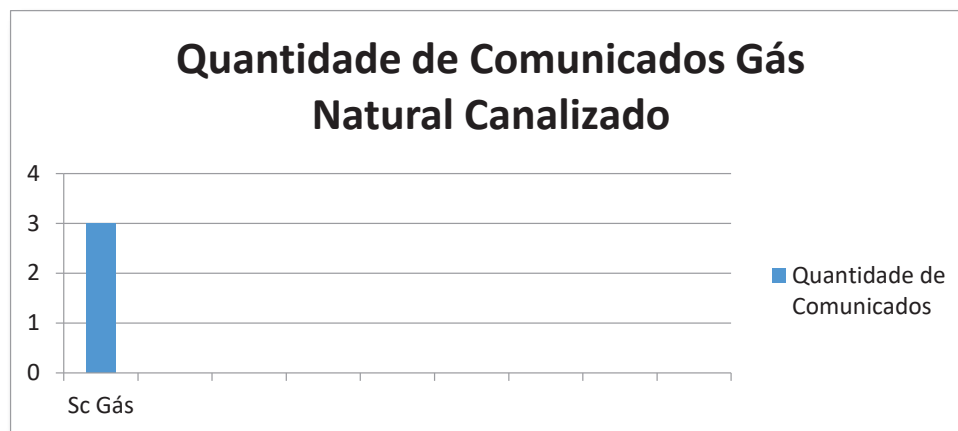
COMUNICADOS REFERENTES AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO

Concessionárias de Abastecimento de Água e de Esgoto	Quantidade de Comunicados
Aguas de Bombinhas	37
Aguas de Camboriú	45
Casan	1.127
EJW Aguas	02
Total	1.211



COMUNICADOS REFERENTES À DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL CANALIZADO

Concessionárias de Distribuição Gás Natural Canalizado	Quantidade de Comunicados
SCGás	03
Total	03



APLICATIVO ARESC

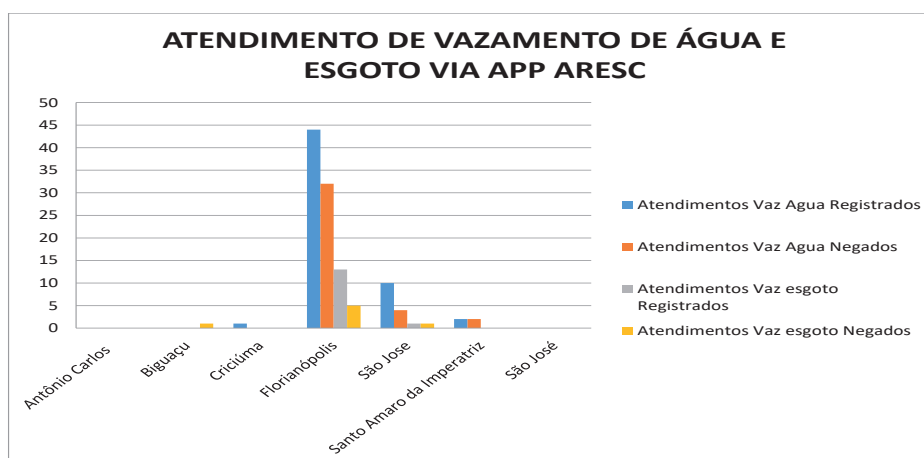
Buscando uma maior agilidade nas demandas apresentadas pelo Cidadão, a Aresc lançou em 26 de setembro de 2017, o seu aplicativo com acesso simples e fácil manuseio. A ferramenta tem a função de comunicar vazamentos de Água e de esgoto em vias públicas, cabendo à Ouvidoria recepcionar, atender, acompanhar os prazos de cumprimento e, consequentemente, a solução destas demandas.



ATENDIMENTOS DE VAZAMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO VIA APPARESC (26/07 A 31/12/2017)

Municípios Habilitados no uso do APPARESC	Atendimentos Vaz Água Registrados	Atendimentos Vaz Água Negados	Atendimentos Vaz esgoto Registrados	Atendimentos Vaz esgoto Negados
Antônio Carlos	-	-	-	-
Biguaçu	-	-	-	01
Criciúma	01	-	-	-
Florianópolis	44	32	13	05
São José	10	04	01	01
Santo Amaro da Imperatriz	02	02	-	-
Total por evento	57	38	14	07

Período compreendido entre 26/09/2017 a 31/12/2017.



3.2 DIRETORIA TÉCNICA

Executam as atividades de regulamentação, normatização, monitoramento e definição de indicadores e parâmetros relativos aos padrões dos serviços de manutenção das instalações de saneamento básico, recursos hídricos, recursos minerais, exploração e/ou distribuição de gás natural canalizado, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e outros serviços delegados pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

3.2.1 Resoluções

RESOLUÇÕES EDITADAS

RESOLUÇÃO ARESC Nº 047 REV – Dispõe sobre a competência e os procedimentos de fiscalização da Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado de Santa Catarina - ARESC.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 053 REV1 – Dispõe sobre os procedimentos guias para as fiscalizações de qualidade de água para consumo humano, do efluente sanitário tratado e dos aterros sanitários.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 061 – Estabelece a metodologia da primeira Revisão Tarifária para os prestadores de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado de Santa Catarina.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 076 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água prestados pelo município de Campo Alegre/SC em 2017.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 077 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água prestados pela Semasa no município de Lages/SC em 2017.

RESOLUÇÃO ARES N° 078 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto prestados pelo SAMAE no município de Anitápolis/SC em 2017.

RESOLUÇÃO ARES N° 079 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto prestados pela empresa Águas de Bombinhas no município de Bombinhas/SC em 2017.

RESOLUÇÃO ARES N° 080 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto prestados pela empresa Águas de Camboriú/SC em 2017.

RESOLUÇÃO ARES N° 081 – Estabelece reajuste para as tarifas e preços dos serviços de abastecimento de água prestados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Saneamento e Habitação (SEDURB) de Imbituba/SC em 2017.

RESOLUÇÃO ARES N° 084 – Estabelece reajuste para Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto para os municípios conveniados da Aresc e atendidos pela Companhia Catarinense de Água e Saneamento em 2017.

RESOLUÇÃO ARES N° 091 – Autorização da cobrança de Tarifas de Esgoto pela ARES para município de Içara.

RESOLUÇÃO ARES N° 093 – Estabelece reajuste para as Tarifas e Preços dos serviços públicos de abastecimento de água prestados pela empresa E.J.W. água Ltda de Balneário Arroio do Silva/SC em 2017.

RESOLUÇÃO ARES N° 074 – Autoriza o repasse da parcela de recuperação e atualização do preço do gás e transporte às tarifas de serviços de distribuição de gás natural canalizado a serem aplicadas pela Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS.

RESOLUÇÃO ARES N° 075 – Dispõe sobre a disciplina para autorização de Projetos Estruturantes (PE) utilizados na prestação dos serviços de distribuição de gás natural, em regiões com atendimento por redes locais de distribuição, no Estado de Santa Catarina.

RESOLUÇÃO ARES N° 082 – Autoriza o repasse da parcela de recuperação e atualização do preço do gás e transporte às tarifas de serviços de distribuição de gás natural canalizado a serem aplicadas pela Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS.

RESOLUÇÃO ARES N° 083 - Autoriza o reajuste da Margem Bruta que compõe as tarifas a serem aplicadas pela concessionária de distribuição de gás natural canalizado, Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS

RESOLUÇÃO ARES N° 085 – Dispõe sobre a criação do Segmento de Usuários denominado Matéria Prima da Companhia de Gás de Santa Catarina -SCGÁS.

RESOLUÇÃO ARES N° 090 – Dispõe sobre a autorização para prestação dos serviços de distribuição de gás natural canalizado pelo Projeto Estruturante (PE) no município de Lages – SC.

RESOLUÇÃO ARES N° 094 – Autoriza o repasse da parcela de recuperação e atualização do preço do gás e transporte às tarifas de serviços de distribuição de gás natural canalizado a serem aplicadas pela Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS.

RESOLUÇÃO ARES N° 087 – Homologa contrato celebrado entre o município de Criciúma e a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, para prestação de serviços de faturamento e arrecadação da taxa de coleta de lixo do Município.

RESOLUÇÃO ARES N° 088 – Estabelece condições técnico-operacionais e procedimentos de fiscalização da prestação dos serviços públicos, pelas Prestadoras de Serviços Públicos de Gestão de Resíduos Sólidos em todo Estado de Santa Catarina onde a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - ARES atuar.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 089 – Estabelece as condições para a prestação e utilização dos serviços públicos de resíduos sólidos.

RESOLUÇÃO ARESC Nº 092 – Estabelece o reajuste das tarifas dos serviços públicos de coleta, transporte, transbordo e destinação final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais prestados pela empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. de Araquari/SC.

3.2.2 Municípios conveniados

Nº	CIDADE	SDR A QUE PERTENCE	CONCESSIONÁRIA DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	EMPRESAS RSU
1	Agrolândia	12 - Rio do Sul	Casan	Serrana Engenharia Ltda
2	Águas Mornas	18 - Grande Florianópolis	Casan	Veólia
3	Alfredo Wagner	13 - Ituporanga	Casan	Veólia
4	Angelina	18 - Grande Florianópolis	Casan	Veólia
5	Anitápolis ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	18 - Grande Florianópolis	Samae	Veólia
6	Antônio Carlos	18 - Grande Florianópolis	Casan	Veólia
7	Araranguá	22 - Araranguá	Samae	Preservale
8	Araquari	23 - Joinville	Casan	Recicle Catarinense de Resíduos Ltda.
9	Balneário Arroio do Silva ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	22 - Araranguá	E.J.W	Presert
10	Balneário Barra do Sul	23 - Joinville	Casan	Prefeitura
11	Balneário Camboriú ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	17 - Itajaí	Emasa	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
12	Barra Bonita	01 - São Miguel do Oeste	Casan	T.O.S. Obras e Serviços Ambientais
13	Biguaçu	18 - Grande Florianópolis	Casan	Veólia
14	Bombinhas	17 - Itajaí	Casan	Veólia
15	Bom Jardim da Serra	28 - São Joaquim	Casan	Continental
16	Braço do Norte	36 - Braço do Norte	Casan	Retrans/Serrana
17	Calmon	10 - Caçador	Casan	VT Eng. e Construções Ltda.
18	Camboriú ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	17 - Itajaí	Prefeitura	Ambiental/Prefeitura
19	Campo Alegre ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	25 - Mafra	Prefeitura	Transresíduos Transp. de Resíduos
20	Capivari de Baixo ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	20 - Tubarão	Prefeitura	Louber Ltda.
21	Catanduvas	07 - Joaçaba	Casan	T.O.S. Obras e Serviços Ambientais
22	Criciúma	21 - Criciúma	Casan	Servioeste Soluções Ambientais



Nº	CIDADE	SDR A QUE PERTENCE	CONCESSIONÁRIA DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	EMPRESAS RSU
23	Curitiba	11 - Curitiba	Casan	COINCO/ T.O.S. Obras e Serviços Ambientais/Tucano
24	Descanso	01 - São Miguel do Oeste	Casan	T.O.S. Obras e Serviços Ambientais/ Tucano
25	Erval Velho	07 - Joaçaba	Casan	T.O.S. Obras e Serviços Ambientais
26	Florianópolis	18 - Grande Florianópolis	Casan	COMCAP
27	Frei Rogério ⁽¹⁾ (¹²)	11 - Curitiba	Prefeitura	COINCO
28	Garopaba	19 - Laguna	Casan	Resamb Reciclagem e Limpeza Ambiental Ltda.
29	Ibiam	08 - Campos Novos	Casan	VT Eng. e Construções Ltda.
30	Ibicaré	07 - Joaçaba	Casan	T.O.S. Obras e Serviços Ambientais
31	Içara	21 - Criciúma	Casan	Retrans
32	Imaruí ⁽¹⁾ (¹²)	19 - Laguna	Samae	Serrana
33	Imbituba ⁽¹⁾ (¹²)	19 - Laguna	Prefeitura	Serrana
34	Itajaí ⁽¹⁾ (¹²)	17 - Itajaí	Semasa	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
35	Itapema	17 - Itajaí	Águas de Itapema - CONASA	Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
36	Lacerdópolis	07 - Joaçaba	Casan	Tucano
37	Lages ⁽¹⁾ (¹²)	27 - Lages	Semasa	Serrana
38	Laguna	19 - Laguna	Casan	Louber Ltda.
39	Leoberto Leal	13 - Ituporanga	Casan	Veólia
40	Luís Alves	15 - Blumenau	Casan	Recile Catarinense de Resíduos Ltda.
41	Macieira	10 - Caçador	Casan	VT Eng. e Construções Ltda.
42	Major Gercino	16 - Brusque	Casan	Recile Catarinense de Resíduos Ltda.
43	Major Vieira	26 - Canoinhas	Casan	Seluma
44	Morro da Fumaça	21 - Criciúma	Casan	CIRSURES/Servioeste Soluções Ambientais Ltda.
45	Morro Grande ⁽¹⁾ (¹²)	22 - Araranguá	Samae	CORETRANS
46	Nova Veneza	21 - Criciúma	Casan	Prefeitura/RAC Saneamento Ltda.
47	Papanduva ⁽¹⁾ (¹²)	25 - Mafra	Samae	SELUMA
48	Passo de Torres	22 - Araranguá	Casan	CORETRANS
49	Paulo Lopes			Veólia
50	Pescaria Brava - ligado a Laguna	19 - Laguna	Casan	Louber Ltda.
51	Ponte Alta	27 - Lages	Casan	COINCO
52	Ponte Alta do Norte	11 - Curitiba	Casan	COINCO/ T.O.S. Obras e Serviços Ambientais/Tucano
53	Praia Grande ⁽¹⁾ (¹²)	22 - Araranguá	Samae	Preservale/Prefeitura/OCS Serviço de Coleta e Reciclagem
54	Presidente Nereu	14 - Ibirama	Casan	



Nº	CIDADE	SDR A QUE PERTENCE	CONCESSIONÁRIA DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO	EMPRESAS RSU
55	Rancho Queimado	18 - Grande Florianópolis	Casan	CONQPEL/VEOLIA/Prefeitura
56	Rio do Oeste	12 - Rio do Sul	Casan	Gilson Mateussi
57	Rio Fortuna	36 - Braço do Norte	Casan	Serrana/Retrans
58	Riqueza	29 - Palmitos	Casan	Tucano
59	Sangão ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	20 - Tubarão	Samae	Prefeitura/Santech
60	Santa Cecília	11 - Curitibaanos	Casan	COINCO
61	Santa Helena ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	31 - Itapiranga	Dae	Serni
62	Santa Rosa de Lima	36 - Braço do Norte	Casan	Tropeiro/Serrana
63	Santo Amaro da Imperatriz	18 - Grande Florianópolis	Casan	Veólia
64	São Bernardino	03 - São Lourenço do Oeste	Casan	Tucano
65	São Bonifácio	18 - Grande Florianópolis	Casan	Veólia
66	São Domingos	05 - Xanxerê	Casan	Continental Obras e Serviços Ltda.
67	São João do Sul	22 - Araranguá	Casan	Prefeitura/RAC
68	São Joaquim	28 - São Joaquim	Casan	Serrana
69	São José	18 - Grande Florianópolis	Casan	Veólia/Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento Ltda.
70	São Martinho	36 - Braço do Norte	Casan	Recicle Triagem
71	São Pedro de Alcântara ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	18 - Grande Florianópolis	Samae	Veólia
72	Tangará	09 - Videira	Casan	VT Eng. e Construção Ltda.
73	Tijucas ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	16 - Brusque	Samae	Veólia
74	Timbó Grande	10 - Caçador	Casan	VT Engenharia e Construções Ltda.
75	Treviso ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	21 - Criciúma	Samae	CIRSURES/Servioeste Soluções Ambientais Ltda
76	Treze de Maio	20 - Tubarão	Casan	Serrana
77	Tunápolis ⁽¹⁾ ⁽¹²⁾	31 - Itapiranga	Samae	Serni
78	Urubici	28 - São Joaquim	Casan	
79	Videira	09 - Videira	Casan	VT Eng. e Construções Ltda.
Total 79 Municípios				

3.2.3 Plano Municipal de Saneamento Básico do Estado de Santa Catarina

LEI Nº 11.445, DE 05 DE JANEIRO DE 2007.

Art. 52. A União elaborará, sob a coordenação do Ministério das Cidades:

I - O Plano Nacional de Saneamento Básico - PNSB que conterá:

- os objetivos e metas nacionais e regionalizadas, de curto, médio e longo prazo, para a universalização dos serviços de saneamento básico e o alcance de níveis crescentes de saneamento básico no território nacional, observando a compatibilidade com os demais planos e políticas públicas da União;
- as diretrizes e orientações para o equacionamento dos condicionantes de natureza político-institucional, legal e jurídica, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica com impacto na consecução das metas e objetivos estabelecidos;
- a proposição de programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas da Política Federal de Saneamento Básico, com identificação das respectivas fontes de financiamento;
- as diretrizes para o planejamento das ações de saneamento básico em áreas de especial interesse turístico;
- os procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações executadas;

II - planos regionais de saneamento básico, elaborados e executados em articulação com os Estados, Distrito Federal e Municípios envolvidos para as regiões integradas de desenvolvimento econômico ou nas que haja a participação de órgão ou entidade federal na prestação de serviço público de saneamento básico.



3.2.4 Visitas técnicas em saneamento básico

Em 2017 foram realizadas 70 fiscalizações aos prestadores de serviços de água e esgotamento sanitário.

Nº	De visitas	Tipo de fiscalização
1	25	Inicial
2	15	Acompanhamento
3	30	Emergencial

TIPOS DE FISCALIZAÇÃO



As ações de fiscalização se dão em etapas denominadas: ação de fiscalização inicial, ação de fiscalização de acompanhamento e ação de fiscalização emergencial ou eventual, e têm como objetivos:

- Aferir as informações previamente recebidas;
 - Observar aspectos de infraestrutura: segurança, funcionalidade, adequação, operação e manutenção;
 - Adoção das normas técnicas regulamentares, entre outros;
 - Conhecer os procedimentos e rotinas das áreas operacional e comercial;
 - Verificar a adequação e coerência com os procedimentos especificados nas normas e regulamentos;
 - Analisar o cumprimento da legislação em vigor e do contrato de concessão nas áreas operacional e comercial; e,
 - Atender situações emergenciais, seja por denúncia ou por conhecimento próprio.
1. A **Fiscalização Inicial** é a primeira fase do acompanhamento na prestação dos serviços e que se estende desde a análise das informações solicitadas à concessionária até o término da elaboração do relatório de fiscalização, envolvendo observações e análises criteriosas durante as atividades de campo e confecção do relatório.
 2. Na **Fiscalização de Acompanhamento**, o técnico responsável efetua vistoria nas instalações da concessionária para verificar se foram solucionadas as desconformidades identificadas na fase inicial e o relatório de fiscalização de acompanhamento será conclusivo, devendo indicar objetivamente se foram atendidas ou não as determinações contidas no Termo de Adequação dos Serviços -TAS. O descumprimento por parte da concessionária de determinação constante no Termo de Adequação dos Serviços dá ensejo aos procedimentos administrativos para apuração de infrações e aplicação de penalidades, cujo encaminhamento ocorre de acordo com o estabelecido nos instrumentos delegatários da concessão, encerrando-se, assim, a ação de fiscalização.
 3. As ações de **Fiscalização Emergenciais e Eventuais** são realizadas sempre que necessário, por provocação ou iniciativa própria, quando algum fator extraordinário for detectado nos serviços prestados.



3.2.5 Planilha com todas as fiscalizações (água e esgoto) em 2017

A tabela abaixo descreve as visitas técnicas inicial, acompanhamento, e emergencial realizadas pela fiscalização da ARESC em 2017.

Nº	Processo ARESC nº	Descrição	Tipo	Data Visita	TAS/AI	Relatório nº	Município
1	584/2016	Visita Técnica	Emergencial	04/01/2017	TAS 041	GEFIS 001/2017	Bombinhas
2	204/2016	Visita Técnica	Eventual	Janeiro/2017		GEFIS 002/2017	Florianópolis
3	016/2017	Visita Técnica	Emergencial	10/01/2017	TAS 046	GEFIS 003/2017	Florianópolis
4	042/2016	Visita Técnica	Acompanhamento	19/01/2017	TAS 003	GEFIS 004/2017	Florianópolis
5	051/2016	Visita Técnica	Eventual	19/01/2017	AI 121 e 122	GEFIS 005/2017	Florianópolis
6	091/2015	Visita Técnica	Emergencial	31/01/2017	TN 322	GEFIS 006/2017	São José
7	241/2016	Acompanhamento	Acompanhamento	31/01/2017	TAS 20	GEFIS 007/2017	Campo Alegre
8	008/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	28/02/2017	TAS 54	GEFIS 008/2017	Itapema
9	024/2013	Acompanhamento	Acompanhamento	15/03/2017	TN 309	GEFIS 009/2017	Major Vieira
10	126/2017	Fiscalização eventual	Fiscalização Eventual	26/04/2017		GEFIS 010/2017	Florianópolis
11	591/2016	Fiscalização Emergencial	Emergencial	30/03/2017	AI 143	GEFIS 011/2017	Tijucas
12	617/2016	Fiscalização Emergencial	Emergencial	10/04/2017	TAS 30	GEFIS 012/2017	Videira
13	087/2011	Acompanhamento	Acompanhamento	10-11/04/2017		GEFIS 013/2017	Videira
14		Fiscalização Emergencial	Fiscalização Eventual	11/04/2017		GEFIS 013/2017b	Videira
15	065/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	16 a 17/04/2017	TAS 62	GEFIS 016/2017	Itapema
16	065/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	17 a 19/04/2017		GEFIS 016/2017_ Versão 2	Itapema
17	389/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	19/04/2017	TAS 58	GEFIS 017/2017	Itapema
18	679/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	24 a 27/04/2017	TAS 78	ARESC 018/2017	Florianópolis
19	429/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	26/04/2017	TAS 109	GEFIS 019/2017	Itapema
20	204/2016	Fiscalização Eventual	Monitoramento Rio do Brás	Maio/2017		GEFIS 020/2017	Florianópolis
21/	204/2016	Fiscalização Eventual	Monitoramento Rio do Brás	Maio/2017		GEFIS 021/2017	Florianópolis
22	427/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	04 /05/ 2017	TAS 61	GEFIS 022 /2017	Papanduva
23	066/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	08/05/2017 e 09/05/2017	TAS 66	GEFIS 023/2017	Bombinhas
24	476/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	16/05/2017		GEFIS 024/2017	Catanduvas
25	377/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	12/05/2017	TAS 65	GEFIS 025/2017	Balneário Camboriu
26	475/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	17/05/17	TAS 67	GEFIS 026/2017	Videira



Nº	Processo ARESC nº	Descrição	Tipo	Data Visita	TAS/AI	Relatório nº	Município
27	424/2014	Acompanhamento	Acompanhamento	17/05/2016	TAS 69	GEFIS 027/2017	Agrolândia
28	406/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	22, 23 e 26 de maio de 2017	TAS 63	GEFIS 028/2017	Pilões
29	107/2015	Acompanhamento	Acompanhamento	05/06/17	TN 329	GEFIS 031/2017	Criciúma
30	863/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	06 /06/2017	TAS 99	GEFIS 032/2017	Araranguá
31	421/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	06 e 12 de junho de 2017	TAS 64	GEFIS 034/2017	Florianópolis
32	789/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	07/06/17	TAS 86	GEFIS 035/2017	Treviso
33	289/2015	Acompanhamento	Acompanhamento	20 e 21 de junho de 2017	TN 303	GEFIS 036/2017	São José
34	448/2013	Acompanhamento	Acompanhamento	22 /06/ 2017	AI- 159, 160, 161 e 162	GEFIS 039/2017	Luiz Alves
35	230/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	26 /06/ 2017	TAS 61	GEFIS 040/2017	Camboriú
36	574/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	27/06/2017	TAS 75	GEFIS 041/2017	Araquari
37	854/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	27 e 28 de junho de 2017	TAS 98	GEFIS 042/2017	Lages
38	217/2014	Acompanhamento	Acompanhamento	29/06/2017		GEFIS 046/2017	São Joaquim
39	950/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	04 e 05 de julho de 2017	TAS 103	GEFIS 047/2017	Biguaçu
40	429/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	04/07/ 2017	TAS 109	GEFIS 048/2017	Itapema
41	049/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	05/07/2017	AI- 169, 170, 171, 172, 173 e 174	GEFIS 049/2017	Catanduvás
42	232/2015	Acompanhamento	Acompanhamento	06/07/2017	TN 300	GEFIS 050/2017	Ibiam
43	540/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	07/07/2017	TAS 68	GEFIS 051/2017	Florianópolis
44	616/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	27/07/2017	TAS 79	GEFIS 052/2017	Florianópolis
45	679/2017	Acompanhamento	Acompanhamento	15 a 17 e 29 de Agosto de 2017	TAS 78	GEFIS 054/2017	Florianópolis
46	166/2015	Acompanhamento	Acompanhamento	17/08/2017	TN 333	GEFIS 055/2017	Angelina
47	048/2013	Acompanhamento	Acompanhamento	24 /05/ 2016		GEFIS 056/2016 – Versão 2	Morro da Fumaça
48	048/2013	Acompanhamento	Acompanhamento	24 /05/ 2016		GEFIS 056/2016	Morro da Fumaça
49	648/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	18 e 23 de agosto de 2017	TAS 87	GEFIS 056/2017	Araranguá
50	809/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	23/08/2017	TAS 88	GEFIS 059/2017	Içara
51	811/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	25 /08/2017	TAS 106	GEFIS 060/2017	Imaruí
52	649/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	06/09/2017	TAS 89	GEFIS 061/2017	Içara
53	329/2015	Acompanhamento	Acompanhamento	23/06/2016	AI 79	GEFIS 063/2017	Major Gercino
54	869/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	20 /09/ 2017		GEFIS 064/2017	Santo Amaro da Imperatriz



Nº	Processo ARES n°	Descrição	Tipo	Data Visita	TAS/AI	Relatório n°	Município
55	677/2017	Emergencial	Emergencial	21 / 09 / 2017	TAS 111	GEFIS 065/2017	Itajaí
56	870/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	22 /09/2017	TAS 101	GEFIS 066/2017	Rancho Queimado
57	834/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	22/09/2017	TAS 94	GEFIS 068/2017	Santa Cecília
58	845/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	26 /09/ 2017	TAS 95	GEFIS 069/2017	Imarui
59	840/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	03 /10/ 2017	TAS 96	GEFIS 070/2017	Florianópolis
60	628/2017	Fiscalização Eventual	Fiscalização Eventual	27 a 30 de outubro de 2017	TAS 100	GEFIS 072/2017	Imbituba
61	622/2017	Fiscalização Eventual	Fiscalização Eventual	25 e 26 de outubro de 2017	TAS 102	GEFIS 073/2017	Camboriu
62	623/2017	Análise técnica do Plano de Emergência Operacional	Fiscalização Eventual	23 e 24 de outubro de 2017	TAS 104	GEFIS 074/2017	Bombinhas
63	553/2017	Fiscalização Emergencial	Fiscalização Emergencial	05 de outubro de 2017	TAS 105	GEFIS 075/2017	São José
64	618/2017 e 619/2017	Fiscalização Eventual	Fiscalização Eventual	26 e 27 de outubro de 2017	TAS 108	GEFIS 076/2017	Grande Florianópolis
65	989/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	7 e 10 Novembro de 2017		GEFIS 077/2017	São José
66	422/2017	Fiscalização Emergencial	Emergencial	20 de novembro de 2017	TAS 109	GEFIS 078/2017	Itapema
67		Fiscalização Emergencial	Emergencial	06/09/2017	TAS 117	GEFIS 081/2017	Braço do Norte
68	980/2017	Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	30 de novembro de 2017	TAS 116	GEFIS 093/2017	Paulo Lopes
69	623/2017	Fiscalização Emergencial	Fiscalização Emergencial	07 e 21 de dezembro de 2017		GEFIS 097/2017	Bombinhas
70	624/2017	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2017/2018	08 de dezembro de 2017	TAS 115	GEFIS 098/2017	Balneário Camboriú
71	625/2017	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2017/2018	14 e 21 de dezembro de 2017	TAS 097	GEFIS 104/2017	Itapema
72	618/2017 e 619/2017	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência para Temporada de verão 2017/2018	13,15, 19, 20 e 21 de dezembro de 2017		GEFIS 105/2017	Grande Florianópolis



Nº	Processo ARESC nº	Descrição	Tipo	Data Visita	TAS/AI	Relatório nº	Município
73	622/2017	Fiscalização Emergencial	Fiscalização do Plano de Emergência Operacional	21 de dezembro de 2017	TAS 102	GEFIS 106/2017	Camboriú
74		Fiscalização Inicial	Fiscalização Inicial	16 de maio de 2017		Relatório 024/2017	Catanduvas
75	618/2017 e 619/2017	Fiscalização Eventual	Análise Técnica do Plano de Emergência Operacional	26 e 27 de Outubro de 2017	TAS 108	GEFIS 076/2017	Grande Florianópolis

INICIAL: Foram realizadas 25 fiscalizações



Itapema – Gefis 016/2017 (Rio Perequê e Reservatório Mirante).



Itapema – Gefis 017/2017 (Coletas de amostra de água bruta no manancial Rio Mata Camboriú e ETA São Paulinho).



Florianópolis – Gefis 018/2017 (Coleta de amostra de água bruta na captação da Lagoa do Peri e Coleta de amostra de água tratada na ETA Ingleses).



Papanduva – Gefis 022/2017 (ETA Salto Canoíhas e do ponto amostral Prefeitura Municipal).



Bombinhas – Gefis 023/2017 (Escritório de atendimento e Estação Elevatória de Esgoto 1).



Catanduvas – Gefis 024/2017(Coleta de amostra de água e de esgoto na ETE de Catanduvas).



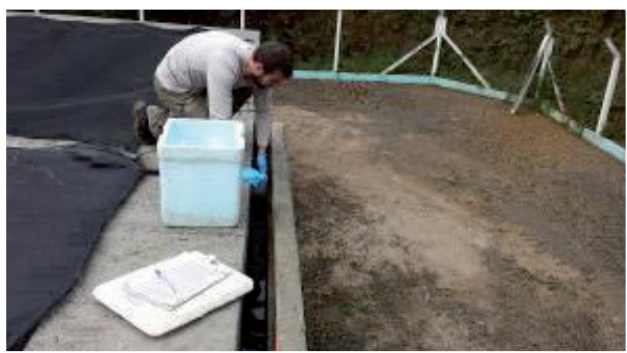
Videira – Gefis 026/2017 (Captação de amostra da água bruta do Rio do Peixe na ETA de Videira.



Videira – Gefis 026/2017 (Captação de amostra da água bruta do Rio do Peixe na ETA e coleta de água no Reservatório R1A).



Araranguá – Gefis 032/2017 (Coleta da água bruta do manancial Lagoa da Serra e Estação de Tratamento de Esgoto Modular I).



Treviso – Gefis 035/2017 (Coleta de amostra de água bruta do Rio Tomazo na entrada da ETA Treviso e Reservatório R-02).



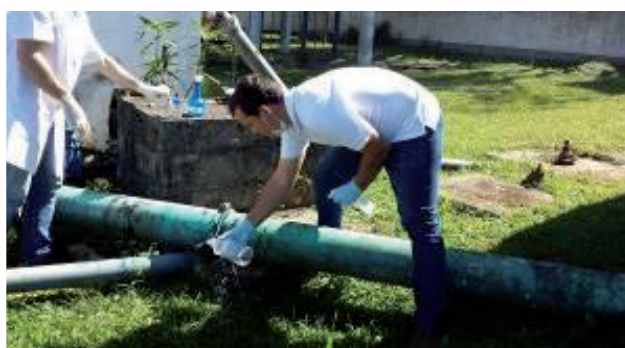
Araquari – Gefis 041/2017 (Reservatório Icaraí e ETE do Centro em Obras).



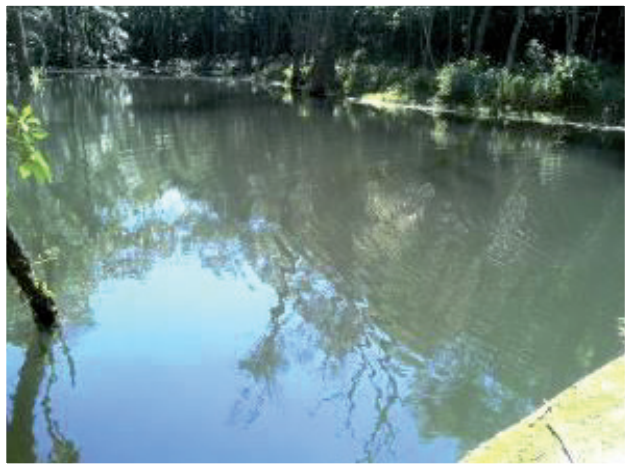
Lages – Gefis 042/2017 (Coleta de amostra de água tratada da ETA e coleta de amostra de efluente tratado da ETE Caça e Tiro).



Biguaçu – Gefis 047/2017 BOOSTER Janaina e ETA São Miguel).



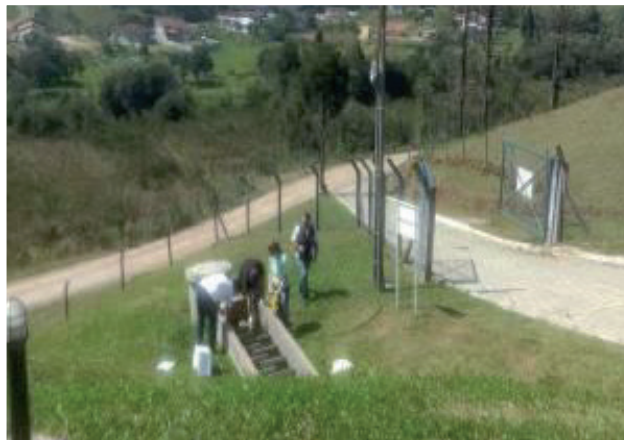
Içara – 059/2017 (Coleta de amostra de água tratada no Reservatório R01 e Estação de Tratamento de Esgoto do município).



Imaruí – Gefis 060/2017 (Represa Tombo d'água e Estrutura da barragem).



Santo Amaro da Imperatriz – Gefis 064/2017 (Coletas de efluente bruto e tratado na ETE Santo Amaro da Imperatriz).



Rancho Queimado – Gefis 066/2017 (Coletas de efluente bruto e tratado na ETE Rancho Queimado).



Balneário Camboriú – Gefis 084/2017 (Canal de chegada de água bruta–ETA EMASA e coleta de água tratada no laboratório da referida ETA).



Paulo Lopes – Gefis 093/2017 (ETA Morro Agudo e Reservatórios Areias).



Águas Mornas – Gefis 103/2017 (Manancial de captação Rio Santa Cruz e Reservatório Santa Cruz da Figueira).



Catanduvas – Gefis 024/2017 (Coleta de amostra de água tratada no do Reservatório R03).

ACOMPANHAMENTO: Foram realizadas 15 fiscalizações



Florianópolis – Gefis 004/2017 (Coletas de água da ETA Compacta Ratones e da ETA Compacta da para da Daniela).



Campo Alegre – Gefis007/2017 (Coletas de água próxima à Casa de Química do Poço São Miguel e na rede de distribuição Águas de Campo Alegre).



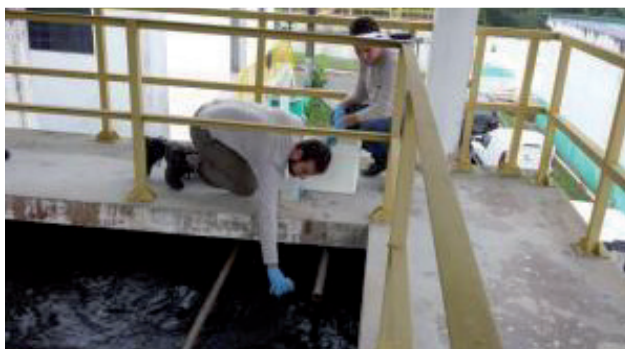
Major Vieira – Gefis 009/2017 (ETA Compacta e unidades de tratamento).



Videira – Gefis 013/2017 (Manancial de captação do Rio do Peixe e Reservatório R1).



Agrolândia – Gefis 027/2017 (Manancial de captação de água bruta e Reservatório).



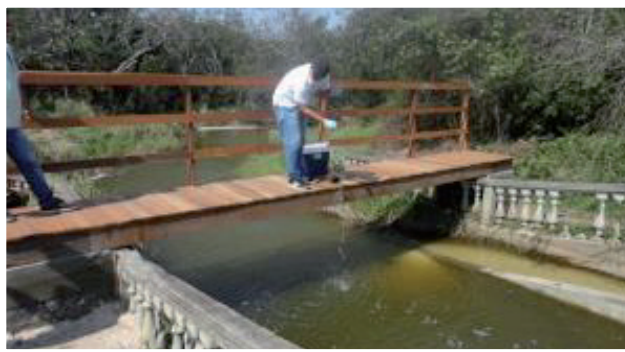
Criciúma – Gefis 031/17 (Coleta de amostra de água bruta na seção de entrada da ETA São Defende e Coleta da de água tratada no Reservatório Pulmão).



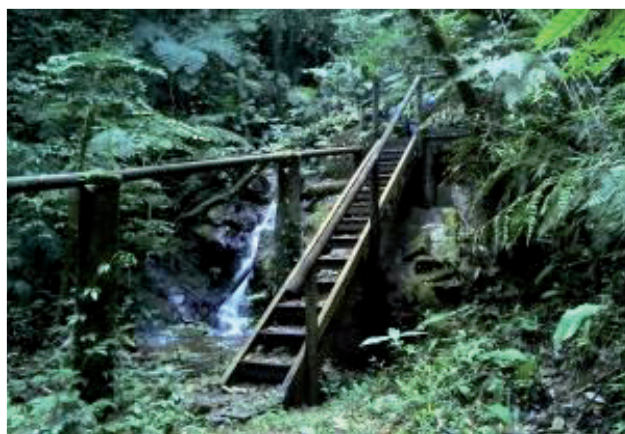
São José – Gefis 036/17 (ETE Potecas – vazão de saída medida por telemetria).



São Joaquim – Gefis 046/17 (Coleta de água no Reservatório N.Sª Aparecida e Coleta de amostra de efluente bruto na ETE).



Florianópolis – Gefis 054/2017 (Coleta de água bruta na captação da Lagoa do Peri e Coleta de efluente tratado na saída da ETE Insular).



Angelina – Gefis 055/2017 – (acesso à captação e Reservatório).



Major Gercino – Gefis 063/2017 (Acesso à captação de água bruta -Morro do Descanso e Reservatórios).

EVENTUAL



Florianópolis – Gefis 002/2017 (Monitoramento Rio do Brás- coleta para análise laboratorial de qualidade).



Florianópolis – Gefis 005 (Coletas de efluentes bruto e tratado na ETE Canasvieiras).

EMERGENCIAL: Foram realizadas 30 fiscalizações



Florianópolis – Gefis 003 (Funcionários da concessionária fazendo reparo de uma adutora rompida no reservatório R4, bairro Coloninha).



São José – Gefis 006 (Estação Elevatória de Esgoto GB Barreiros). Denúncia feita por moradores, referente ao possível lançamento de efluente bruto para o mar.



Itapema – Gefis 008 (Elevatória 205).

Tijucas – Gefis 011 (Verificação da operação da ETE).



Itapema – Gefis 019/2017 Vistoria aos recobrimentos no asfalto realizado pela concessionária em alguns logradouros de Itapema após hidrometração.



Balneário Camboriú – Gefis nº 025/2017 (Filtro reformado em operação e Estação de Recalque de Água Tratada em obras).



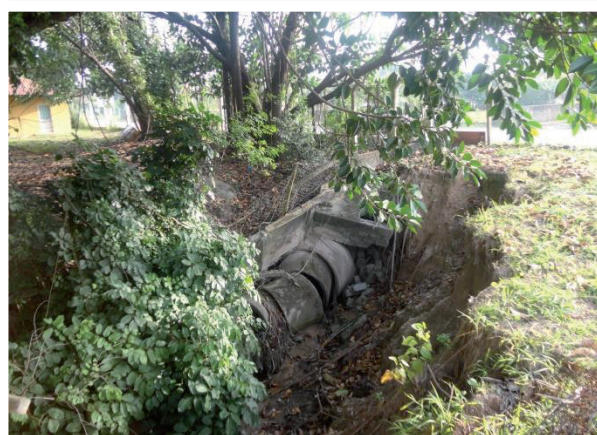
Florianópolis – Gefis028/2017 (Obras de conserto da adutora de água bruta da captação de Pilões).



Camboriú – Gefis 040/2017 – (Medição da pressão na rua Cabul, nº 169, bairro Santa Regina).



Itapema – Gefis 048/2017 (Vistoria nos reparos no asfalto realizado pela concessionária na Avenidas Governador Celso Ramos e Nereu Ramos, após a implantação da rede coletora de esgoto).



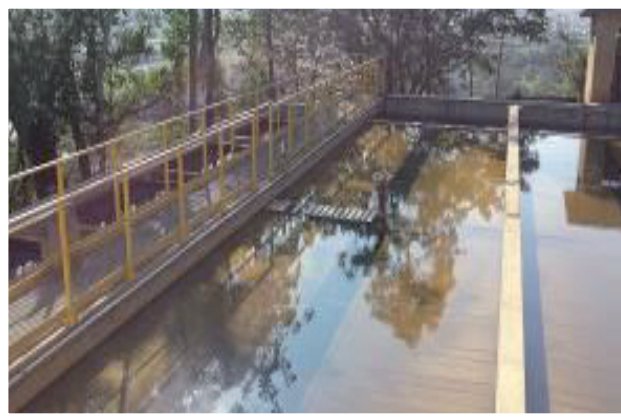
Florianópolis – Gefis 052/2017(Tubulação de drenagem pluvial ao lado da EEE – SB – 10 - Av. Campeche (28/06/2016)).



Araranguá – Gefis 056/2017 (Vistoria da finalização das obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do município e vista geral da EEE 12).



Içara – Gefis061/2017 (Poço da elevatória EEP2.4 e quadro de energia da EEE 7.2).



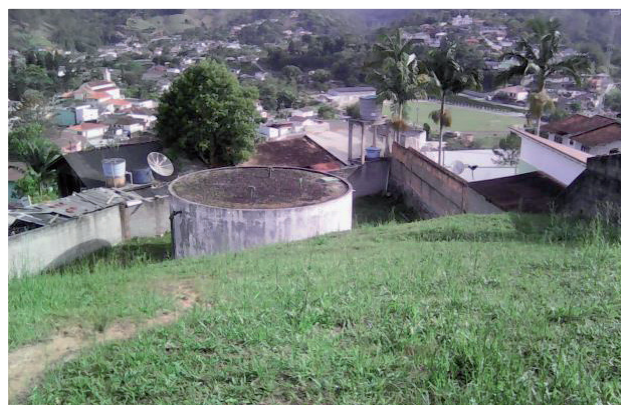
Itajaí – Gefis 065/2017 (Coletas de amostra de água tratada na saída da ETA São Roque I e na ETA Arapongas).



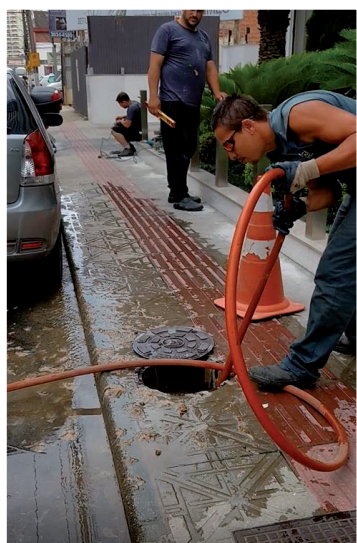
Santa Cecília – Gefis nº068/2017(Reservatório elevado após o incidente e Guarda Corpo da ETA prejudicado).



Florianópolis – Gefis nº 070/2017 – Ação de erosão costeira.



São José – Gefis 075/2017 (Manancial superficial e Reservatório da Colônia Santana).



São José – Gefis 077/2017 (Extravasamento na caixa de ligação de esgoto predial no bairro Kobrasol).



Itapema – Gefis 078/2017 (Vistoria para providências quanto aos reparos na cobertura asfáltica Avenida João F. Pio, vista a partir da Rua 113).



Braço do Norte – Gefis 081/2017 (Tanque de contato e Unidade de tratamento de lodo).



Bombinhas – Gefis 097/2017 – (Obras de ampliação da rede de abastecimento de água e obras da ETA Bombinhas).



Balneário Camboriú – Gefis 098/2017 (Fiscalização do Plano de Emergência para temporada de verão 2017/2018: Reservatório R2 com material de revestimento novo e Barragem do Rio Camboriú).



Itapema – Gefis 104/2017 (Fiscalização do Plano de emergência para temporada de verão 2017/2018: ETA's Ilhota e Areal).

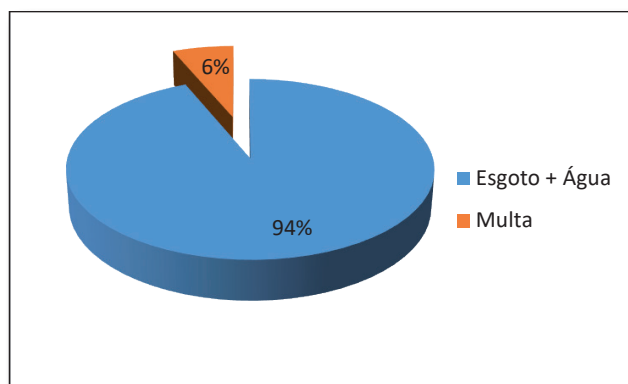
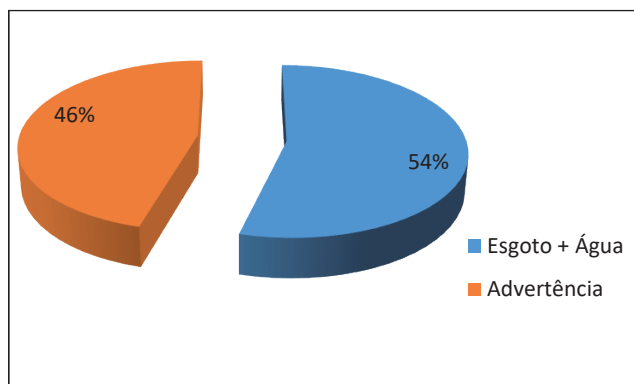


Grande Florianópolis – Gefis n105/2017 (Fiscalização do Plano de emergência para temporada de verão 2017/2018: Capoeiras/Florianópolis – Interligação da Adutora de 1200mm e área de captação Lagoa do Peri/Florianópolis).

3.2.6 Auto de infração

ADVERTÊNCIAS E MULTAS

Foram aplicadas oitenta advertências e dez multas às concessionárias conveniadas que prestam serviço em saneamento básico.



3.2.7 Plano de emergência 2017/2018

O Plano de Emergência é importante e fundamental durante a temporada de verão na prevenção de possíveis falhas nos sistemas de abastecimentos de água e esgotamento sanitário. As concessionárias de saneamento básico deverão fazer um prognóstico de todas as situações que impossibilitam a prestação desses serviços aos usuários, visando diminuir ou sanar eventuais problemas relacionados ao fornecimento de água potável e coleta e tratamento de esgoto sanitário.

A Aresc solicitou aos prestadores de serviços de saneamento básico dos municípios conveniados de Grande Florianópolis (Florianópolis, São José e Biguaçu), Balneário Camboriú, Itajaí, Bombinhas, Itapema, Garopaba, Laguna, Imbituba e Balneário Arroio do Silva, que apresentassem algumas ações e intervenções que se fizessem necessárias para suprir eventuais falhas nos sistemas, já que estes municípios têm maior fluxo de turistas durante a temporada de verão.

3.2.8 Metodologia de revisão tarifária às concessionárias reguladas pela ARES

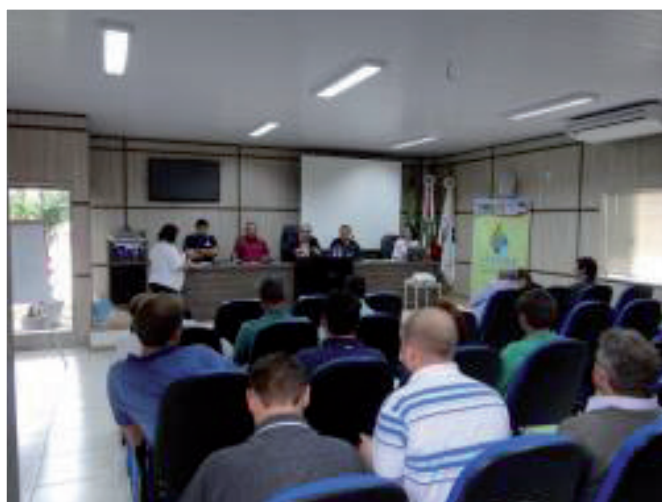
Dando continuidade ao processo de Revisão Tarifária dos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado de Santa Catarina, a Aresc definiu a metodologia para a aplicação da 1ª revisão tarifária periódica destes prestadores. Em março de 2017, foram realizadas as audiências públicas nos seguintes municípios:

- Balneário Camboriú, para a Empresa Municipal de Águas e Saneamento – EMASA;
- Itajaí, para o Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infraestrutura – SEMASA;
- Florianópolis, para a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN;

- Papanduva, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE;
- Lages, para a Secretaria Municipal de Água e Saneamento – SEMASA;
- Treviso, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

As Audiências foram promovidas pela Aresc e contaram com a participação dos Consultores da Deloitte Touche Tohmatsu, responsáveis pela elaboração da Metodologia de Revisão Tarifária.

Na sequência, foi emitida a Resolução Aresc N° 061, de 28 de julho de 2017, que estabelece a metodologia da primeira revisão tarifária para os prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Estado de Santa Catarina, da qual é parte integrante a Nota Técnica nº 009/2017-Aresc.



28/03/2017 – Município de Papanduva – Câmara Municipal de Vereadores.



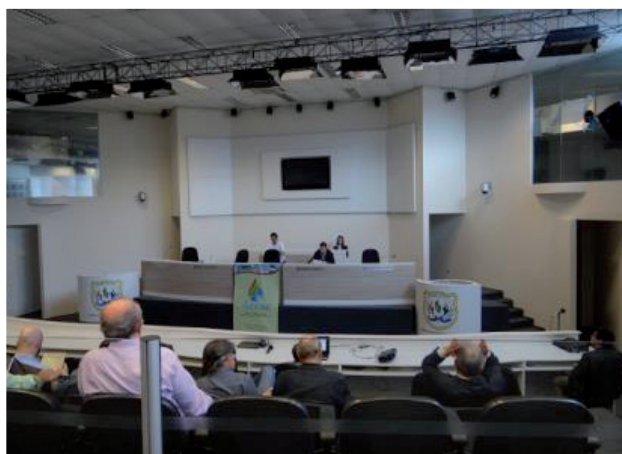
21/03/2017 – Itajaí – Câmara Municipal de Vereadores.



21/03/2017 – Balneário Camboriú – Câmara Municipal de Vereadores.



22/03/2017 – Florianópolis – Auditório do IPREV.



29/03/2017 – Município de Lages – Câmara Municipal de Vereadores.



29/03/2017 – Município de Treviso – Auditório da Prefeitura.

3.2.9 Projeto Produtor De Água

RIO CAMBORIÚ

O Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú é uma iniciativa da EMASA e da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, em parceria com a organização ambiental The Nature Conservancy (TNC), Prefeitura Municipal de Camboriú, Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC), Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, Centro de Informações de Recursos Ambientais de Hidro meteorologia de Santa Catarina (EPAGRI/CIRAM) e a Agência Nacional de Águas (ANA).

A EMASA, através de contratos firmados com os proprietários rurais que aderiram ao Projeto, realiza pagamentos semestrais conforme cronograma de desembolso que consta nos Projetos Individuais de Propriedades (PIPs). Para que os pagamentos sejam realizados, é necessária uma vistoria técnica da equipe de vistorias formada por membros titulares do Grupo Gestor do Projeto que sejam parceiros da iniciativa. Essa vistoria tem o objetivo de certificar se as ações de conservação e restauração previstas nos PIPs estão sendo executadas em conformidade com os contratos de PSA.

A ARESC esteve presente nas reuniões junto com o Grupo Gestor do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú, que tem como objetivo promover a recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica, proporcionando incentivos financeiros aos proprietários rurais que aderirem ao projeto. A principal ação do projeto consiste em recuperar as áreas degradadas, incluindo matas ciliares, áreas de nascentes, encostas ou outras áreas sensíveis, além da proteção de áreas conservadas.

No projeto participam órgãos do Estado e Instituições Privadas, tais como: Secretaria de Meio Ambiente de Balneário Camboriú, Agência Nacional de Águas (ANA), Epagri/CIRAM, Prefeitura de Balneário Camboriú, Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, Empresa Municipal de Água e Saneamento (EMASA), The Nature Conservancy do Brasil (TNC), Bunge Alimentos e ARESC.

Atividades do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú – 2017

Foram contratados **2** novos proprietários.

Foi anulado 1 contrato devido ao falecimento do Produtor Hélio Sackser

Atualmente, o projeto tem contratados **515,35** ha de área de conservação e **39,11** ha de área de restauração.

Foram realizadas **34** vistorias ao longo do ano.

Em 2017, aconteceram cinco assembleias ordinárias do Grupo Gestor do Projeto Produtor de Água. Ao decorrer de 2017, foi feito monitoramento hidrológico, iniciado no mês de fevereiro através de uma contratação realizada pela EMASA.

Os locais de análise e coleta são os mesmos cinco pontos, conforme figura a seguir. Foram feitas análises de parâmetros físico-químicos de cinco pontos do Rio Camboriú, e comparar com a Resolução CONAMA 357/2005, que estabelece condições de qualidade da água. Abaixo relatório fotográfico de atividades do Projeto Produtor de Água do Rio Camboriú.



Visitas de campo realizadas em propriedades contempladas com o projeto Produtor de Água.

Projeto Produtor de Água do Rio Cubatão do Sul

Atualmente, por meio de convênio celebrado entre ANA, ARES e Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), e convênio celebrado entre ARES e The Nature Conservancy Brasil (TNC), assim como pela parceria com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) e o Comitê de Bacia do Rio Cubatão do Sul, este Projeto encontra-se em fase inicial de contratação de empresa especializada para a realização do Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão do Sul que irá definir as áreas prioritárias para sua atuação.



3.2.10 Fiscalizações aos Aterros Sanitários

No ano de 2017, a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – Aresc desenvolveu alguns projetos para aprimorar a regulação dos serviços de gestão de resíduos sólidos dos prestadores contratados pelos municípios regulados.

Destacam-se os seguintes:

- Contratação de Metodologia de Revisão Tarifária: com objetivo de definir metodologia a ser utilizada por seus municípios regulados, a ARES elaborou Termo de Referência para realizar contratação de consultoria especializada. Esta demanda advém da grande diversidade estrutural nas cadeias de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), e a dificuldade das Prefeituras em definir taxas e fórmulas de cálculo, bem como atingir a sustentabilidade do sistema, exigida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010.
- Disponibilização do APP-ARES para RSU: A ARES disponibilizou em 2017 seu Aplicativo para que os cidadãos possam informar à Concessionária de Água e Esgoto sobre vazamentos.



Durante o ano de 2017, a Agência também participou dos seguintes eventos oriundos dos Resíduos Sólidos:



Reativação do Grupo Interinstitucional de Resíduos Sólidos – GIRS – CDL/Florianópolis.



Consultas Públicas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, contratado pela SDS – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

3.2.11 Gás Natural Canalizado

Visitas técnicas realizadas

Em 2017, a Aresc deu continuidade ao trabalho de desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos regulatórios e de fiscalização para o setor de gás natural canalizado. A capacitação do seu quadro técnico também foi destaque nas ações, visando a melhor atuação neste segmento.

No referido ano, a Agência realizou 10 Fiscalizações Iniciais, resultando em 63 constatações, 57 determinações e 07 recomendações para a Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS.



Fiscalização em City Gate de Urussanga/SC.



Fiscalização em City Gate de São Pedro de Alcântara /SC.



Fiscalização em City Gate de Joinville/SC.



Fiscalização em City Gate de Tijucas/SC.



Fiscalização em City Gate de Guaramirim/SC.



Fiscalização em City Gate de Nova Veneza/SC.



Fiscalização em City Gate Tubarão/SC.



Fiscalização em City Gate de Gaspar/SC.



Fiscalização em City Gate de Brusque/SC.



Técnicos da Aresc acompanhando técnicos da SCGás em procedimento de recarga de odorante em City Gate de Tijucas/SC.



3.2.12 Conta gráfica

A Conta Gráfica é uma ferramenta regulatória na qual são registradas e acumuladas as diferenças (referentes aos preços de gás e de transporte), entre os preços faturados pelos fornecedores à Concessionária, de acordo com os Contratos de Suprimento, e aqueles contidos nas tarifas de fornecimento aplicadas aos faturamentos mensais dos usuários, pela prestação do serviço de distribuição, sendo que os saldos da Conta Gráfica são corrigidos mensalmente pela variação da Taxa Selic, ou da taxa que vier a sucedê-la.

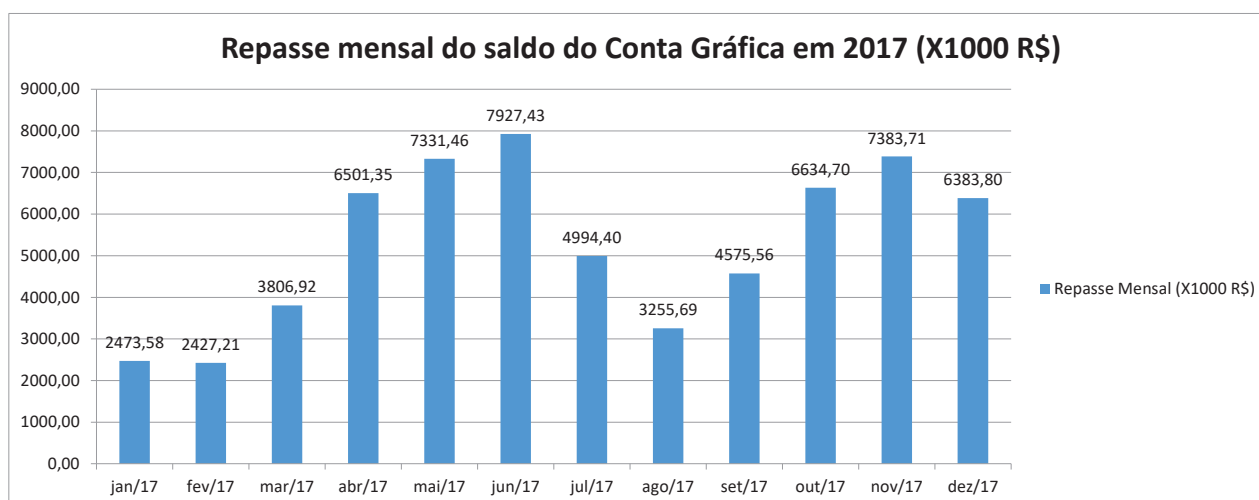
Por contrato, o preço do gás comprado pela concessionária é determinado pelos movimentos de oferta e demanda no mercado internacional e pela variação cambial entre real e dólar. Em geral o resultado deste conjunto de fatores é a ocorrência de uma defasagem entre o valor real de aquisição do gás e seu transporte e o valor contido na tarifa da concessionária.

Para evitar esta defasagem a Aresc publicou a Resolução Aresc N° 73, de 17 de novembro de 2016, que dispõe sobre o mecanismo de atualização do preço do gás e do transporte nas tarifas dos serviços de distribuição de gás canalizado do Estado de Santa Catarina.

A evolução da conta gráfica pode ser acompanhada mensalmente por meio do IRPGT – Índice de Reajuste do Preço do Gás e do Transporte. Para facilitar o acompanhamento da evolução do IRPGT e permitir que os usuários prevejam atualizações tarifárias positivas ou negativas, a Aresc disponibiliza mensalmente em seu site este índice, bem como as informações sobre os componentes para seu cálculo.

Em 2017, a Aresc publicou mensalmente, em seu site, os acompanhamentos mensais da Conta Gráfica e as Apurações semestrais ocorridas em junho e dezembro do referido ano, as quais resultaram nas edições das Resoluções Aresc N° 82 e 94 de 2017.

REPASSE DO SALDO DA CONTA GRÁFICA NO ANO DE 2017												
MÊS	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17
Repasse Mensal (X1000 R\$)	2473,58	2427,21	3806,92	6501,35	7331,46	7927,43	4994,40	3255,69	4575,56	6634,70	7383,71	6383,80
TOTAL (X1000 R\$)	63.695,81											



3.2.13 Revisão tarifária SCGÁS

Através do Contrato nº 004/2017, publicado no Diário Oficial do Estado, DOE-SC nº 20.513, em 12 de abril de 2017, a Aresc efetuou a contratação de consultoria para o desenvolvimento da metodologia de revisão tarifária para a possível aplicação aos prestadores do serviço de distribuição de gás natural canalizado no Estado de Santa Catarina. Sendo o prazo inicial de doze meses, a contar da assinatura da Ordem de Serviço Aresc nº 001/2017, de 18 de abril de 2017, conforme cronograma fixado nos termos do Edital de Concorrência Pública nº 031/2016, publicado no DOE nº 20.496 de 17 de março de 2017, que homologou o procedimento licitatório e adjudicou o objeto licitado.

A Primeira Etapa foi concluída. Um workshop realizado em 19 de setembro de 2017, apresentou a Análise e Definição do Modelo Regulatório. A SEGUNDA ETAPA – Diagnóstico do Sistema Tarifário Atual e Proposta de Melhoria está se encerrando, onde a realização de seu workshop aconteceu em 09 de maio de 2018.



Apresentação da 1ª etapa da metodologia da revisão tarifária.

3.2.14 Cursos e Palestras



Curso realizado entre os dias 17 a 19 de maio de 2017 sobre Princípios Básicos de Regulação. Promovido pela Aresc e ministrado pela Quantum Engenharia, a capacitação buscou aperfeiçoar o corpo técnico da Agência e trazer mais subsídios para as atividades de regulação e fiscalização no setor de gás natural canalizado.



Curso Sobre Sistema de Esgoto Sanitário promovido pela SDS no auditório da Aresc entre os dias 22 a 24 de maio de 2017.



Treinamento sediado na Aresc e promovido pela ProÁgua Ambiental nos dias 19 e 20/07/2017, abordou o Sistema de Qualidade em Laboratórios de Ensaio com referência ao ISO 17025 - Requisitos Gerais para a Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração.

3.2.15 Lançamentos

Aplicativo Aresc

Devido às altas perdas do sistema de água e vazamento de esgoto em vias públicas, a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina – ARESC juntamente com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina – CIASC desenvolveu um Aplicativo que possibilita o auxílio da população na fiscalização em redes primárias.

O App foi lançado no **dia 26/09/2017**. Em um primeiro momento, o App Aresc foi habilitado para os municípios de Florianópolis, São José, Biguaçu, Antônio Carlos, Santo Amaro da Imperatriz, Paulo Lopes, e Criciúma, estes atendidos pela Casan.

Com interface simples de navegação, as pessoas poderão utilizar a ferramenta para comunicar vazamentos de água e de esgoto em vias públicas através de procedimento simples e ágil. Além de ser um app que visa também à contribuição para os recursos hídricos, como o desperdício de água, diminuição de custos operacionais e, conseqüentemente, das tarifas.

O aplicativo está disponível gratuitamente para celulares que usam o sistema operacional Android e iOS e é adaptável a outros dispositivos móveis, como tablets e iPads.



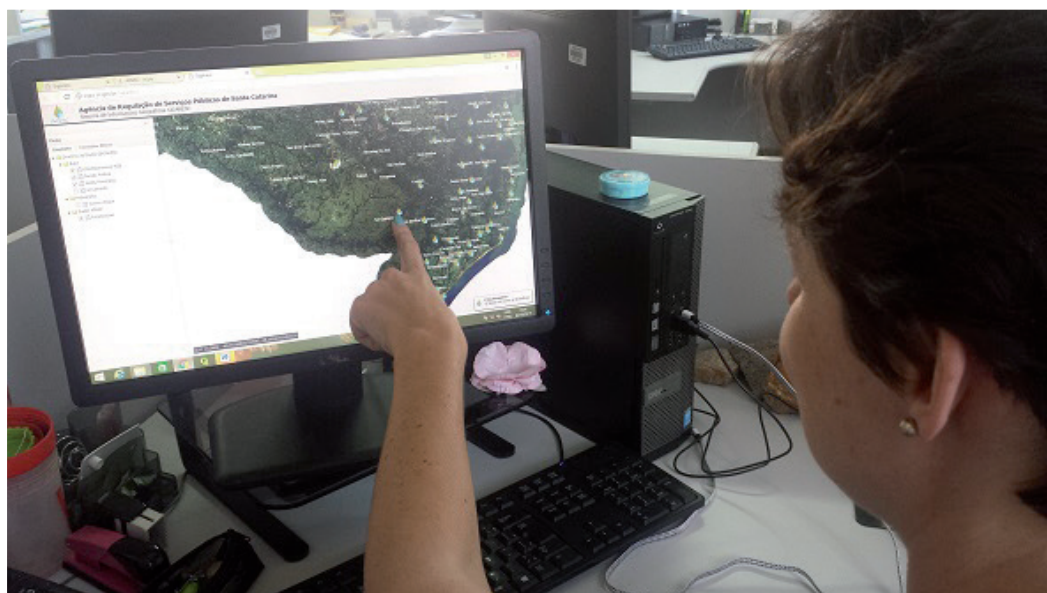
SIGARESC: Sistema de Informações Geográficas

Com o intuito de aprimorar e facilitar o acesso dos usuários às informações, que a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc implantou uma nova ferramenta. Denominada como SIGARESC, o sistema que foi desenvolvido juntamente com o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina – Ciasc, possibilita a busca de informações georreferenciadas pertinentes às ações da agência em seus municípios conveniados.

O SIGARESC é um sistema de informações geográficas que permite sintetizar de forma geográfica e georreferenciada todos os dados produzidos pela Aresc, explica Ana Paula Lopes Sim, Geóloga da Agência Reguladora e autora da ferramenta. Através da ferramenta as pessoas podem obter informações como: relatórios de fiscalizações, visitas técnicas, convênios, dados de resíduos sólidos, índices de cobertura de redes de água e de esgoto e outros. Todas as informações estão georreferenciadas em pontos que estão relacionados a cada município conveniado à Aresc.

O SIGARESC trabalha com sistema de módulos, que estão reunidos em um sistema maior, ou seja, tem os módulos da ferramenta para água, esgoto, resíduos sólidos, recursos hídricos e gás natural. O usuário tem uma visão geral do sistema e mais específica em um de seus módulos, facilitando o acesso das informações.

O link SIGARESC está disponível no site www.aresc.sc.gov.br.



Nova ferramenta SIGARESC.

3.2.16 Equipe da Diretoria Técnica

Elmis Mannrich • Diretor Técnico

Luiza Kaschny Borges • Eng.^a Ambiental e Sanitarista - Gerente de Fiscalização

Silvio Cesar dos Santos Rosa • Eng.^o Mecânico - Gerente de Regulação

Ana Paula Lopes Simm • Geóloga

Cintia Guimarães da Cunha Pimentel • Eng.^a Civil

Eduardo dos Santos Clarino • Geógrafo

Gelter Sandro Muller • Eng.^o Sanitarista e Ambiental

João Luiz Coelho • Analista Técnico

Jorge Augusto Perozin • Economista

Jatyr Fritsch Borges • Geógrafo

Larissa Martins • Bióloga

Marnio Sebastião Graciosa • Eng.^o Eletricista

Nilton de Sá Junior • Físico

Paulo Cesar Cardoso da Silva • Eng.^o Mecânico

Priscila Curi • Eng.^a Sanitarista e Ambiental

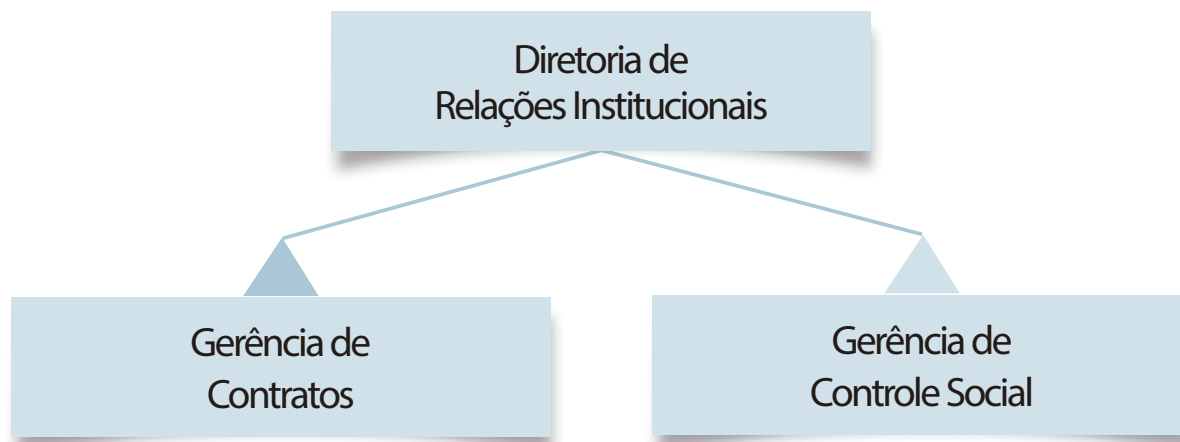
Ricardo Cesconetto dos Santos • Eng.^o Eletricista

Rodrigo Amorim Barão • Eng.^o Eletricista

Trumai Trommer Thaddeu • Historiador

3.3 Diretoria de Relações Institucionais

3.3.1 Organograma da Diretoria de Relações Institucionais



A Diretoria de Relações Institucionais tem por finalidade conduzir o relacionamento com instituições e agentes atuantes nos setores regulados, apoiando, no que concerne aos aspectos institucionais, a elaboração de diretrizes, de normas técnicas, econômicas e sociais para regulação de serviços prestados.

Esta Diretoria tem dentre suas responsabilidades a formação da identidade e da imagem positiva da instituição, ressaltando perspectivas relacionadas com a missão e a ideologia da organização, buscando preservar e consolidar o trabalho com o poder concedente, os prestadores de serviços, os usuários e a sociedade em geral.

Ficam subordinadas à Diretoria de Relações Institucionais: a Gerência de Contratos e a Gerência de Controle Social.

A Gerência de Contratos trabalha em colaboração com a respectiva Diretoria, exercendo as competências que lhe forem atribuídas, bem como elaborando as minutas e apoiando institucionalmente a celebração e a execução dos convênios de cooperação e dos contratos de concessão firmados pela ARESC.

A Gerência de Controle Social trabalha em colaboração com a respectiva Diretoria, exercendo as competências que lhe forem atribuídas, bem como apoiando a elaboração, revisão e compatibilização das normas reguladoras, garantindo a defesa do interesse público e, no que couber, o atendimento de suas demandas. Atua na elaboração e realização das consultas e audiências públicas acompanhando as demandas da sociedade em assuntos afetos à área de atuação da ARESC e trabalhando constantemente no planejamento e execução de ações que permitam a integração da sociedade com a Agência.

Durante o exercício de 2017 esta Diretoria atuou na busca de novos convênios com municípios e na renovação de outros; participou na elaboração e revisão de normas regulamentadoras, na preparação e realização de consultas e audiências públicas; bem como na relatoria de vários processos, buscando em conjunto com a Diretoria Técnica o aperfeiçoamento dos trabalhos e entendimentos quanto ao desenvolvimento dos processos de fiscalização, visando sempre a excelência na prestação de serviços.

Quanto aos trabalhos desenvolvidos junto aos municípios, apresentam-se os seguintes convênios e termos aditivos firmados:

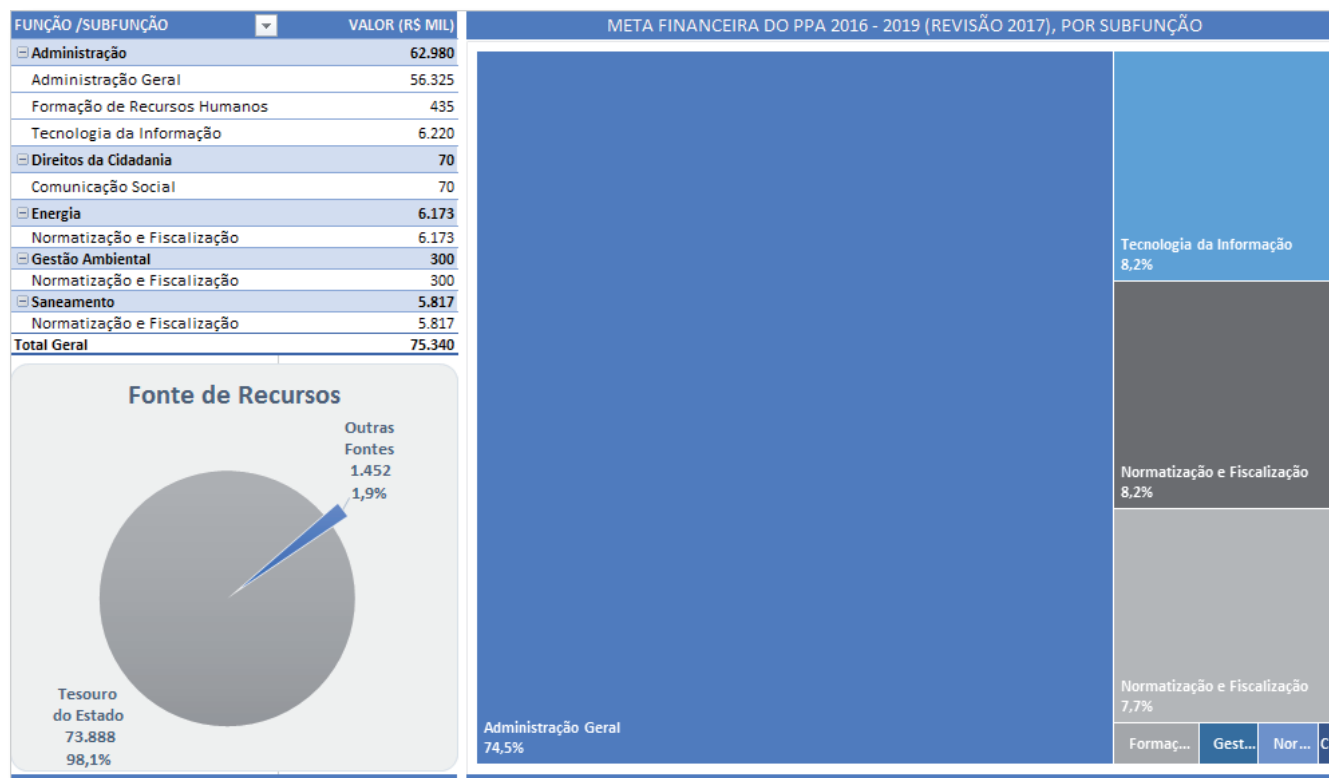
- Balneário Barra do Sul - Primeiro Termo Aditivo n.º 010/2017/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 0022/2011/AGESAN;



- Itapema - Termo de Convênio de Cooperação n.º 012/2017/ARESC;
- Bom Jardim da Serra - Segundo Termo Aditivo n.º 011/2017/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 003/2011/AGESAN;
- Criciúma - Segundo Termo Aditivo n.º 0015/2017/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 0021/2011/AGESAN;
- Santa Cecília - Segundo Termo Aditivo n.º 018/2017/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 0012/2011/AGESAN;
- Florianópolis - Primeiro Termo Aditivo n.º 016/2017/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 0125/2012/AGESAN;
- Ibicaré - Primeiro Termo Aditivo n.º 017/2017/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 0101/2012/AGESAN;
- Paulo Lopes - Termo de Convênio de Cooperação n.º 003/2017/ARESC; e
- Criciúma - Terceiro Termo Aditivo n.º 021/2017/ARESC do Convênio de Cooperação n.º 021/2011/AGESAN.

3.4 Diretoria Administrativa e Financeira

Plano Plurianual – 2016-2019 – Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina



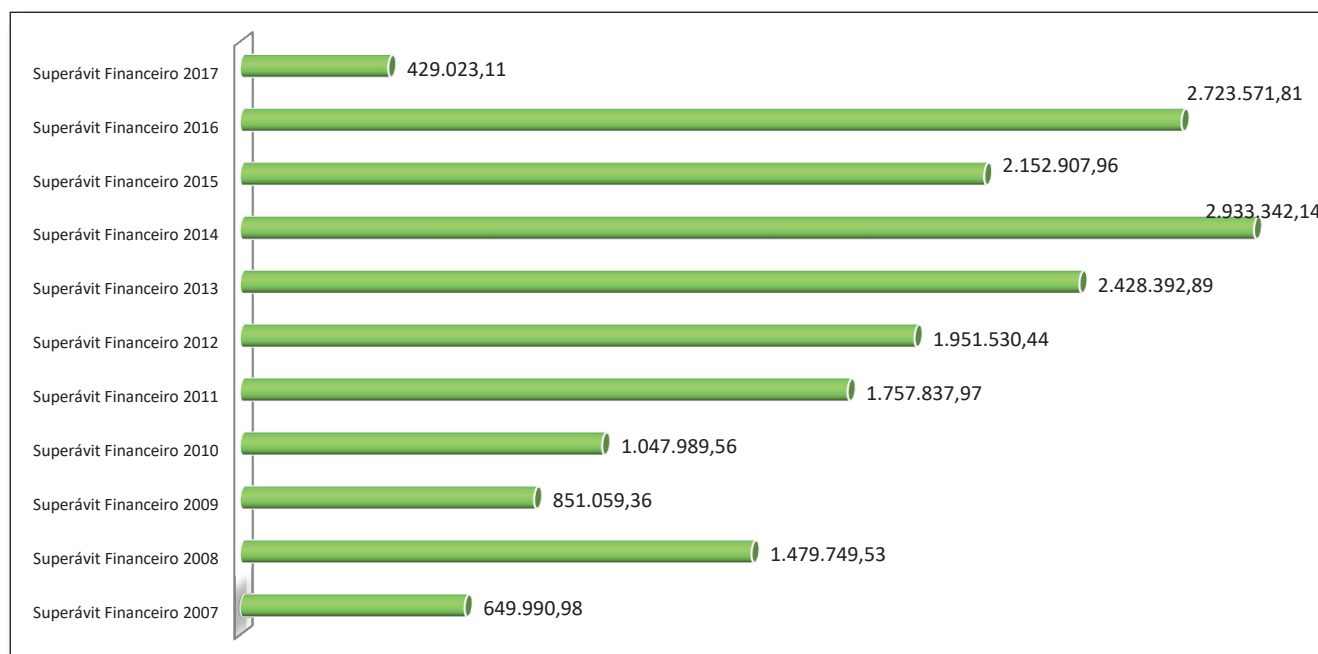


Ressalta-se que o gráfico inerente as Fontes de Recursos do PPA 2016 – 2019 considera a totalidade de receitas como recursos do Tesouro do Estado, porém cabe uma ressalva, as receitas da ARESC são oriundas da Taxa Fiscalização e Regulação de Serviços Públicos, receita esta vinculada a convênios firmados com as prefeituras municipais, poder concedente dos serviços de saneamento básico (água e esgoto) e que tem na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) a empresa concessionária com o maior número de contratos de exploração destes serviços junto às prefeituras. Há, ainda, a regulação dos serviços de transporte e fornecimento de gás cujo poder concedente é o Estado de Santa Catarina e a empresa concessionária é a Companhia de Gás de Santa Catarina (SCGás).

Fonte de recursos		
Convênios	1.452.000	1,9%
Tesouro Estadual	1.856.400	2,4%
Taxa de Regulação e Fiscalização	72.031.115	95,7%
Total Geral	75.339.515	100,0%

Informações sobre a Gestão Orçamentária e Financeira

SUPERÁVIT FINANCEIRO – 2007 a 2017



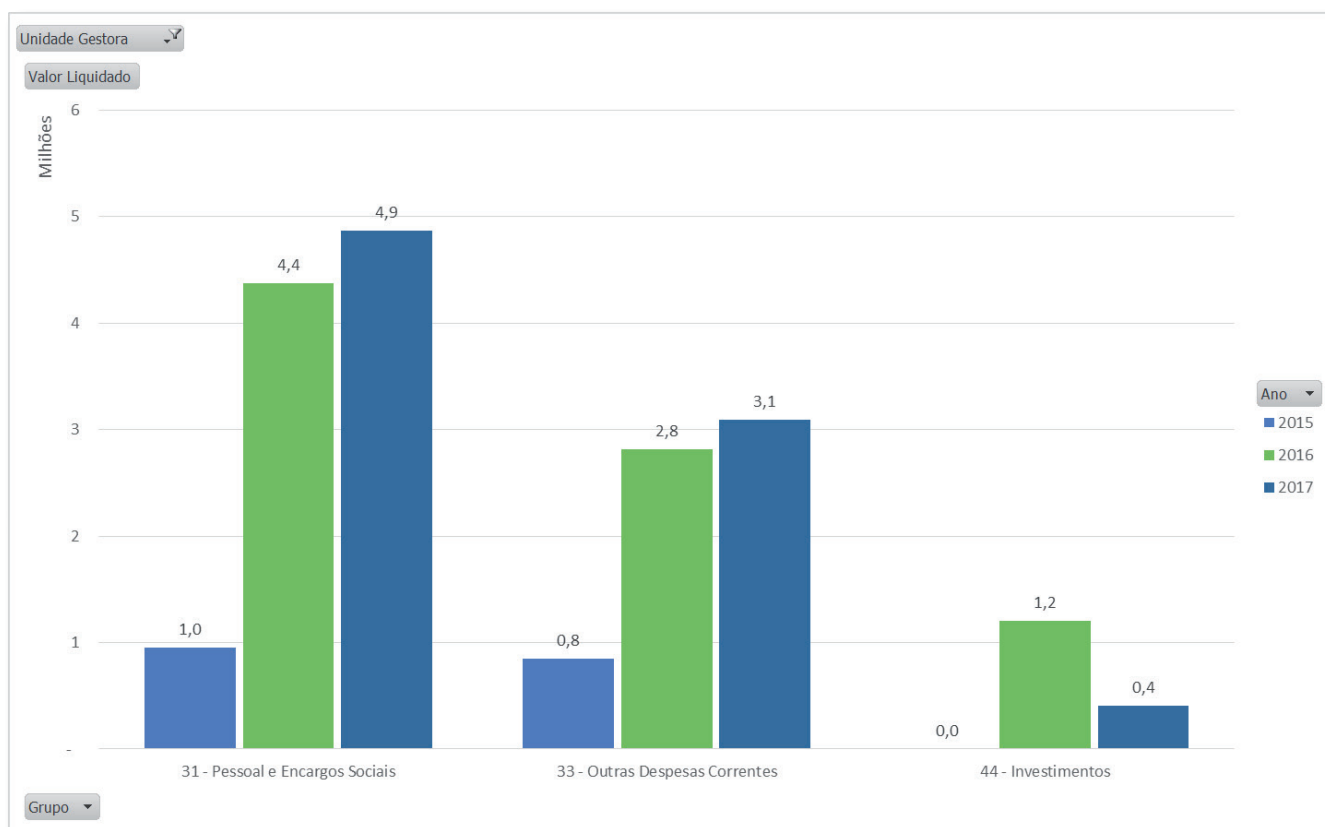
Durante o exercício financeiro de 2017, o Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 08 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios relativos a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2023, e outras receitas correntes. A Secretaria de Estado da Fazenda editou a Portaria nº 251, de 18 de julho de 2017, com as receitas a serem desvinculadas. Na prática, recursos correntes até então vinculados tiveram 30% de suas disponibilidades aplicadas de acordo com a necessidade de caixa do Tesouro Estadual.



Cabe ressaltar que o bloqueio de cotas por conta da DREM (Desvinculação de Receitas dos Estados e Municípios) no decorrer do exercício 2017, totalizou R\$ 1.330.558,16. A Taxa de Fiscalização e Regulação de Serviços Públicos, sem o bloqueio da DREM, alcançou o montante de R\$ 10.053.000,84 no exercício 2017, e após o bloqueio, restou à Aresc o valor de R\$ 8.722.442,68.

Portanto, pode-se concluir que se o valor bloqueado estive nas contas da ARESA, o Superávit Financeiro de 2017 chegaria ao montante de R\$ 1.759.581,27

RECURSOS APLICADOS POR GRUPO DE DESPESA – 2011 a 2017



CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS NO EXERCÍCIO 2017

O contingenciamento de despesas no exercício 2017 (limitação de empenho - art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal) alcançaram as cifras conforme quadro abaixo:

Quadro Resumo

(R\$ mil)

UG	Fonte	Nome da Unidade Gestora	Orçamento	Programado	Saldo contingenciado
270029	0119	Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	22.827,85	9.762,23	13.065,62
270029	0285	Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	55,00	-	55,00

Razões para contingenciamento

Em 30/01/2017 foi publicada, por meio do Decreto n. 1.032/2017, a programação financeira e o cronograma de execução mensal do desembolso. Tal documento reflete o planejamento financeiro para o exercício de 2017, pelo qual são fixadas as cotas mensais de programação financeira, correspondentes aos limites de empenhamento das unidades gestoras, por fonte de recurso.

A programação financeira é elaborada a partir de amplo estudo que considera, dentre outras variantes, a execução orçamentária ordinária das unidades gestoras em períodos anteriores, a tendência de comportamento da arrecadação, e o contexto econômico local, regional, nacional e mundial.

Os valores financeiros referentes às fontes relacionadas a convênios com o Governo Federal e de financiamentos são contingenciados na sua totalidade, e liberados no curso do ano, à medida em que se verifica o ingresso dos recursos nas respectivas contas bancárias.

Nos quadros acima estão detalhados o Orçamento autorizado, a programação financeira liberada e o saldo contingenciado. Abaixo, os efeitos provocados pelo contingenciamento nos resultados planejados pela unidade jurisdicionada.

Efeitos provocados

O contingenciamento imposto pela Diretoria do Tesouro Estadual, principalmente no início do exercício, causa alguns problemas para os órgãos que tem arrecadação própria, tendo em vista que não é possível fazer a programação anual (empenho) dos contratos e demais despesas correntes. Esse efeito gera a emissão de reforço de empenho que seriam desnecessários, tendo em vista que o valor do contingenciamento inicial é de aproximadamente 50% do orçamento anual.

Os órgãos que tem o rigoroso controle do orçamento e gastos (caso da ARESC) ficam prejudicados, pois não podem cumprir o princípio da anualidade da despesa, tendo em vista que com o contingenciamento imposto pelo Tesouro do Estado o órgão tem que fracionar os empenhos.

Durante o exercício financeiro de 2017, o Estado de Santa Catarina aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 08 de setembro de 2016, que desvinculou 30% das receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios relativas a impostos, taxas e multas e outras receitas correntes. A Secretaria de Estado da Fazenda editou a Portaria nº 251, de 18 de julho de 2017, com as receitas a serem desvinculadas. Na prática, recursos correntes até então vinculados tiveram 30% de suas disponibilidades aplicadas de acordo com a necessidade de caixa do Tesouro Estadual. O bloqueio relativo a DREm (desvinculação de receitas) totalizou R\$ 1.330.558,16 (um milhão trezentos e trinta mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dezesseis centavos), sendo R\$ 950.493,81 bloqueados da taxa de saneamento básico e R\$ 380.064,35 bloqueados da taxa de gás.



Informações sobre gestão de pessoas e terceirização de mão de obra

COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o cargo		
Cargos	Quantidade	%
Presidente	1	2%
Diretores	3	7%
Procurador	1	2%
Ouvidor	1	2%
Assessor de Comunicação	1	2%
Advogado Autárquico	1	2%
Gerentes	8	19%
Conselheiros*	9	21%
Servidores efetivos de carreira	16	37%
Motorista	1	2%
Técnico em Atividades Administrativas	1	2%

**Dois conselheiros fazem parte do quadro de servidores da Agência, por conta disto a quantificação do quadro possui dois servidores a mais.*

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o gênero		
Masculino	29	71%
Feminino	12	29%

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a escolaridade		
Escolaridade	Quantidade	%
Analfabeto		
Alfabetizado		
Fundamental		
Médio	6	12%
Superior	35	69%
Especialização	9	18%
Mestrado	1	2%
Doutorado		

Quantificação do quadro de pessoal, segundo a idade		
Idade	Quantidade	%
Até 24 anos		
De 25 a 34 anos	5	12%
De 35 a 44 anos	13	32%
De 45 a 54 anos	12	29%
Mais de 55 anos	11	27%

Quantificação do quadro de pessoal, segundo o tempo de serviço		
Até 5 anos	22	54%
De 6 a 10 anos	17	41%
De 11 a 15 anos	1	2%
De 16 a 20 anos		0%
De 21 a 25 anos		0%
Mais de 25 anos	1	2%



QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA - ano 2017 - VALORES

Vínculo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupante de Cargo Público	136.322	141.322	138.902	138.388	141.329	202.593	143.162	137.356	139.023	150.201	236.872	149.676
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupante de Emprego Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Públicos Militares Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros ativos de Poder ou Órgão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo	43.666	42.854	51.924	44.090	43.752	59.509	43.728	43.752	43.680	47.078	66.460	43.488
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo	145.545	142.657	143.882	150.685	155.661	210.430	156.052	158.015	169.318	156.453	209.992	149.933
Servidores contratados por tempo determinado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos para outras esferas do Governo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	6.553	6.163	6.803	11.504	10.379	10.166	6.999	6.621	8.104	6.501	10.641	6.537
Conselheiros ou Conselheiros/JETON com ônus ao Poder Executivo	51.027	49.326	47.625	40.822	40.822	47.625	47.625	47.625	47.625	47.625	47.625	47.625
Pagamentos a vínculos encerrados no ano anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Jovem Aprendiz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do órgão	384.113	382.070	389.137	385.489	391.943	30.324	397.568	93.370	407.751	407.858	571.591	397.260

SIGRH / SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina



QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA ano 2017- QUANTIDADE

Vínculo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Agentes Públicos Cíveis ocupante de Cargo Público	19	19	19	19	19	19	19	19	19	20	20	20
Agentes Públicos Cíveis ocupante de Emprego Público	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agentes Públicos Militares Ativos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Membros ativos de Poder ou Órgão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão com vínculo	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo	13	13	13	14	14	14	14	14	14	14	14	14
Servidores contratados por tempo determinado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos para outras esferas do Governo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Conselheiros ou Conselheiros/ETON com ônus ao Poder Executivo	9	9	9	8	9	9	9	9	9	9	9	9
Pagamentos a vínculos encerrados no ano anterior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jovem Aprendiz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do órgão	44	44	44	44	45	45	45	45	45	46	46	46

SIGRH/SC – Sistema Informatizado de Gestão de Recursos Humanos de Santa Catarina.

DEMONSTRATIVO DE POSTOS DE TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categoria/Funções) ⁽⁵⁶⁾	Exercício: 2017											
	MÊS/QUANTIDADE											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
AUXILIAR ADMINISTRATIVO – 08 HORAS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
COPEIRA – 06 HORAS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
RECEPCIONISTA – 06 HORAS	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4
SERVENTE – 06 HORAS	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
DIGITADOR – 06 HORAS	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA – 08	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9	9
MOTORISTA – 08 HORAS	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
VIGILÂNCIA – 12 HORAS	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0
Total	27	27	27	27	27	26	26	26	26	26	26	R\$ 1.463.069,03

NOTAS: Refere-se à quantidade de Postos de Trabalho e não à quantidade de pessoas que ocupam esses postos. Exemplo: um posto de trabalho de vigilante poderá ser ocupado por mais de uma pessoa em função da jornada de trabalho, mas deve ser informado apenas com um posto. Deve ser informada a posição do último dia de cada mês. Deve ser informado os postos de trabalho por categoria/função (atividade contratada). Exemplo: recepcionista, digitador, servente, copeira etc. Na Despesa Liquidada Anual preencher o somatório das despesas do exercício de todos os postos, sendo facultativo preenchimento do valor anual de cada posto.

REMUNERAÇÃO ANUAL PAGA A MEMBROS DE DIRETORIA, CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL DA UNIDADE GESTORA

Exercício:					2017
Cargo	Remuneração/Jeton (mensal)	Bônus (mensal)	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
Diretoria:					
Presidente – Reno Luiz Caramori	R\$ 6.480,00	R\$ 3.463,79		Aux. Alim e Triênios	R\$ 175.070,93
Diretor Administrativo e Financeiro – Içuriti Pereira da Silva	R\$ 6.480,00	R\$ 3.463,79		Aux. Alim e Triênios	R\$ 175.142,93
Diretoria Técnica – Elmis Mannrich	R\$ 6.480,00	R\$ 3.463,79		Aux. Alim e Triênios	R\$ 112.370,46
Diretoria de Relações Institucionais- Ari João Martendal	R\$ 6.480,00	R\$ 3.463,79		Aux. Alim e Triênios	R\$ 147.144,41
Conselho Consultivo:					
Reno Luiz Caramori	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 68.036,16
Leodegar da Cunha Tiscoski	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 22.678,72
Constâncio Alberto Salles Macial	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 39.687,76
Elizabeth Luiza Fernandes Baesso	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 68.036,16
Luiz Antonio Garcia Correa	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 68.036,16
Priscila Cardoso Vieira	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 68.036,16
Roberval Rogério Wan-Dall	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 68.036,16
Evandro Souza de Almeida	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 66.618,74
Silvio Cesar dos Santos Rosa	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 68.036,16
Walmor Paulo de Luca	R\$ 1.417,42 à R\$ 5.669,68				R\$ 5.669,68
Total					R\$ 1.152.600,59

Gestão do patrimônio e infraestrutura

Condições materiais de funcionamento (instalações e equipamentos) para que os serviços ocorram de maneira adequada.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Bens Imóveis:

- seis salas no 11º andar do Ed. Miguel Daux, 79, Centro, Florianópolis/SC;
- seis salas no 12º andar do Ed. Miguel Daux, 79, Centro, Florianópolis/SC;

Bens Móveis:

- cinco veículos utilitários com tração 4x4 para o setor de fiscalização;
- dois notebooks, dois tablets e dois GPS da marca Garmin que são utilizados nas fiscalizações em campo;



- além de toda estrutura básica para o funcionamento da Agência, tais como: computadores, móveis, projetores, TVs, etc.

INFORMAÇÕES SOBRE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Quatro salas no 7º andar do Ed. Miguel Daux, 79, Centro, Florianópolis/SC.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

É utilizado o sistema GVE (Gerenciamento de Veículos e Equipamentos) para gestão da frota dos veículos próprios e locados, sendo que atualmente a Agência conta com 07 veículos próprios e 02 veículos locados.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Planejamento da área: desenvolvimento de sistemas próprios para as ações de controle interno da Agência além de auxiliar ao usuário dos serviços públicos concedidos;

- Perfil dos recursos humanos envolvidos: analista de sistema do CIASC; pessoal técnico da ARESC;
- Segurança da informação: todos os dados estão alocados nos servidores do CIASC com sistema de segurança embutido;
- Desenvolvimento e produção de sistemas: SIGARESC (geoprocessamento); apps mobile de Ouvidoria.

Licitações e contratos

VALORES ANUAIS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS POR MODALIDADE

Exercício 2017

Unidade Gestora	Modalidade/ Forma	Dados			
		Obras e Serviços de Engenharia (A)	Compras (B)	Contratação de Serviços (C)	Total Anual (A+B+C)
Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina - Aresc	Concorrência	-	-	1.585.817,63	1.585.817,63
	Dispensa de Licitação	-	-	260.237,11	260.237,11
	Dispensa de Licitação por valor	8.428,32	37.939,20	35.633,96	82.001,48
	Licitação Inexigível	-	550,00	277.263,39	277.813,39
	Pregão Eletrônico	-	413.835,36	166.240,73	580.076,09
	Pregão Presencial	-	15.480,64	51.401,90	66.882,54
Total Geral		8.428,32	467.805,20	2.376.594,72	2.852.828,24

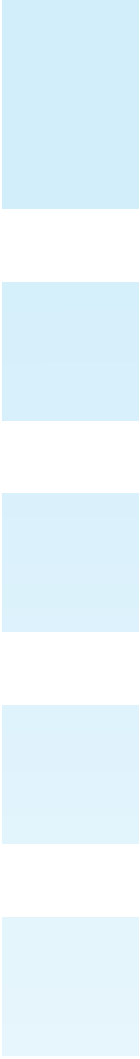
Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF



Relatório de Atividades 2017



Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina



CONSIDERAÇÕES FINAIS



4. Considerações Finais

O ano de 2017 foi marcado por um salto de qualidade nas atividades desenvolvidas pela Aresc. As visitas técnicas às áreas dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário foram constantes ao longo do ano passado. Projetos para o aprimoramento na regulação dos serviços de gestão de resíduos sólidos foi outro fator significativo somado às ações da Agência.

Os trabalhos executados no setor de gás natural canalizado também teve seu destaque; aconteceram visitas técnicas aos City Gates localizados em todo o Estado. Através do Contrato nº 004/2017, a Aresc efetuou a contratação de consultoria para o desenvolvimento da metodologia de revisão tarifária do gás natural canalizado no Estado de Santa Catarina, ato este, que elevou a agência a outros patamares.

Dentre os projetos desenvolvidos estão também em destaque, o lançamento do Aplicativo Aresc e o SIGARESC-Sistema de Informações Geográficas.

Enfim, mais um ano de muito trabalho e de ações planejadas e colocadas em prática. Foram resoluções normativas publicadas, audiências públicas realizadas, entre outros feitos que estão inseridos no cenário cotidiano desta Agência de Regulação. Isso tudo pôde transcorrer, graças ao trabalho de toda uma equipe que integra a Agência, respaldado com muita dedicação, estudos e experiência para fazer as coisas fluírem da forma mais eficiente possível.

Sendo assim, pode-se dizer que, em 2017, cumprimos mais uma jornada. E novos desafios se aproximam. Continuaremos com a responsabilidade de fiscalizar os serviços públicos com transparência e equidade, mediando os conflitos de interesse entre os prestadores de serviços, o poder concedente e os usuários.



**GOVERNO
DE SANTA
CATARINA**



Agência de Regulação de
Serviços Públicos de Santa Catarina

ARESC | Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina
Rua Anita Garibaldi, 79 - Centro Executivo Miguel Daux - 12º andar
CEP: 88010-500 | Centro | Florianópolis/SC
Fone: 0800 643 2611 / (48) 3665 9001
aresc@aresc.sc.gov.br | www.aresc.sc.gov.br